

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MÁRIO AUGUSTO BRUDNA SOGARI

AS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO NOS ANOS 1970-1990

Porto Alegre
Novembro de 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MÁRIO AUGUSTO BRUDNA SOGARI

AS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO NOS ANOS 1970-1990

Monografia apresentada junto ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

Novembro de 2010

MÁRIO AUGUSTO BRUDNA SOGARI

AS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO NOS ANOS 1970-1990

Monografia apresentada junto ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: André Luiz Reis da Silva

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva (UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro (UFRGS)

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik (UFRGS)

Porto Alegre, 16 de dezembro de 2010

À minha família, pelas oportunidades que me fizeram chegar até aqui.

AGRADECIMENTO

A João Chiarelli, Athos Munhoz e Bruno Magno, por providenciar material bibliográfico e pelas contribuições positivas ao trabalho.

Ao meu orientador André Luiz Reis da Silva, pelo apoio ao trabalho desde cedo e pela atenção dedicada a este.

Ao meu irmão, pela ajuda na busca bibliográfica.

Aos meus amigos pelo apoio e pelos bons momentos ao longo do ano.

Ao Paulo, Wagner e Rodrigo, pela presença na apresentação.

À Carolina, pelo apoio, carinho e, também, por me ajudar em todos os aspectos da formatação do trabalho.

“Você não pode controlar o vento, mas pode ajustar as velas de seu barco” (provérbio alemão).

RESUMO

Este trabalho procurou, através da análise dos discursos de política externa entre Brasil e Japão e da análise dos condicionamentos externos e da influência dos agentes internos na formulação das políticas externas de ambos os países, determinar quais foram as principais causas que motivaram a oscilação das relações nipo-brasileiras nas décadas de 1970 e 1980, bem como na virada da década de 1990. Utilizou-se como marcos teóricos neste trabalho as proposições de Putnam (1988) sobre a influência dos condicionamentos externos e internos na formulação da política externa, e as proposições de Hermann (1990) sobre a natureza e as causas das mudanças nas políticas externas dos agentes.

Os principais fatores envolvidos na queda de atividade diplomática entre as nações envolvem, em primeiro lugar, a preferência do Japão pela defesa e manutenção da Doutrina Yoshida como principal diretriz de sua política externa, focando-se no baixo perfil político, no reforço dos laços bilaterais com os Estados Unidos e na defesa da prosperidade econômica japonesa. Isto, por sua vez, comprometeu a atuação do Japão como ator político no contexto internacional e fez com que as oportunidades junto ao Brasil, para o estabelecimento de fortes vínculos políticos, especialmente na década de 1980, não fossem aproveitadas.

Em segundo lugar, a oscilação das relações seguiu também a diferenciação nos momentos vividos pelas economias ao longo do período analisado. Nos anos 1970 e 1990 a economia brasileira encontrava-se em alta, o que provocou uma motivação no relacionamento entre os países, enquanto que na década de 1980, com a crise estrutural da economia brasileira, o Japão optou por manter um baixo perfil diplomático junto ao país.

Ao mesmo tempo, enquanto no Japão as décadas de 1970 e de 1990 representaram um período de limitações no âmbito econômico, que obrigou o Japão a buscar parcerias alternativas aos Estados Unidos, em 1980 a prosperidade econômica do país permitiu aos atores realizarem um distanciamento dessa diversificação, ao mesmo tempo em que fortaleceu-se a atuação comercial e econômica do Japão junto aos países da ASEAN.

ABSTRACT

This article has sought to, by the analyzes of the speeches of foreign policy between Brazil and Japan and by the analyzes of external pressures and the influence of internal agents in the formulation of foreign policies of both countries, determine which were the main causes that motivated the oscillation of the bilateral relations of the countries in the decades of 1970 and 1980, as well as in the turning of the decade of 1990. This article has utilized, as theoretical principles, the propositions of Putnam (1988) about the influence of external and internal pressure in the making of foreign policy, and the propositions of Hermann (1990), about the nature and the causes of change in States' foreign policies.

The main factors involved in the lowering of Brazil-Japan diplomatic activities involved, firstly, Japan's preference for the defense and application of the Yoshida Doctrine as its cornerstone of foreign policy, focusing on a low profile in international political activities, on the reinforcement of relations with the United States and on the defense of Japanese economical prosperity. This, in turn, compromised Japan's position as an international political actor and led to losses of opportunities with the Brazilian State, specially in the decade of 1980.

Secondly, the oscillation of relations followed the different moments lived by the economies of both countries in the period analyzed in this article. In the years of 1970 and 1990, the Brazilian economy showed high growth rates and stability, factors that resulted in a motivation of the Brazil-Japan relationship, while in the years of 1980, in the presence Brazilian economy's structural crises, Japan chose to keep a low diplomatic and economical profile with the country.

At the same time, while the decades of 1970 and 1990 represented to Japan a period of economic limitations, which stimulated the search for new partnerships outside the United States alliance, in the years of 1980, the economic prosperity of the country allowed agents of keeping a distance of alliance diversifications, while reinforcing Japan's economical and trade actions alongside ASEAN countries.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

ALADI - Associação Latino Americana de Integração.

ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

ALBRÁS – Alumínio Brasileiro S.A.

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

CSN – Conselho de Segurança Nacional.

EPA – Agência do Planejamento Econômico do Japão.

G-4 – Aliança composta por Brasil, Japão, Alemanha e Índia que visa apoiar mutuamente propostas para a entrada destes países no Conselho de Segurança da ONU.

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

JICA – Japan International Cooperation Agency.

Keidanren – Federação Japonesa de Organizações Econômicas.

MAFF – Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca do Japão.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MITI – Ministério da Tecnologia e Indústria Internacional do Japão.

MOF – Ministério das Finanças do Japão.

MOFA – Ministério das Relações Exteriores do Japão.

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil

MPT – Ministério dos Correios e Telecomunicações do Japão

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

NICs – Países Recentemente Industrializados.

ODA – Assistência Oficial para o Desenvolvimento.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas

PLD – Partido Liberal Democrático japonês.

PRODECER – Programa de Desenvolvimento do Cerrado.

SNI – Sistema Nacional de Informação.

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>11</u>
<u>2. A INFLUÊNCIA DOS AGENTES INTERNOS E DOS CONDICIONAMENTOS EXTERNOS NAS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL E JAPÃO.....</u>	<u>15</u>
<u>2.1. Anos 1970-80.....</u>	<u>15</u>
<u>2.2. Mudanças na virada da década de 90.....</u>	<u>27</u>
<u>3. DA APROXIMAÇÃO AO ARREFECIMENTO DA PARCERIA NIPO-BRASILEIRA</u>	<u>38</u>
<u>3.1. As relações bilaterais Brasil e Japão nos anos 1970.....</u>	<u>38</u>
<u>3.2. As relações bilaterais Brasil e Japão nos anos 1980 e a virada da década de 1990.....</u>	<u>46</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>65</u>
<u>APÊNDICE:.....</u>	<u>70</u>

1. INTRODUÇÃO

As relações diplomáticas entre Brasil e Japão, segundo Nunes (2006), se deram, no período Geisel, como um período de possibilidades e expectativas, em que ambos os países, ascendendo em suas posições no contexto internacional, buscando novas parcerias e ampliações de oportunidades, almejavam a ganhos comerciais e de cooperação elevados. Os países realizaram uma série de acordos comerciais e de cooperação técnica e cultural, discutindo o elo étnico e cultural que ligava ambos os povos, visto a importância da imigração japonesa para o país latino-americano. Expondo interesses próprios, demonstraram proximidades nos princípios da defesa do multilateralismo e do discurso pacifista, criaram bases para uma extensa cooperação comercial e selaram diversos acordos visando a ampliação de investimentos nipônicos em grandes projetos estratégicos brasileiros, como a Albrás.

No entanto, a década de 1980 demonstrou uma considerável queda na atividade entre ambos os países. Os acordos comerciais firmados não foram renovados, a parceria técnica permaneceu apenas como um projeto não realizado. Os países procuraram outros parceiros e abandonaram um relacionamento que outrora fora caracterizado, nos discursos dos próprios governos dos países, como repleto de potencialidades e muito promissor (RPEB, 1974). Como contraste, a década de 1990 apresentou-se como uma lenta recuperação da atividade diplomática. O Itamaraty recolocou o Japão como opção de parceria, estabelecendo, ao lado de Alemanha e Índia o G-4, grupo de países que visa a reforma do Conselho de Segurança na ONU, e buscando novas realizações no âmbito de suas relações bilaterais, por meio da resolução de diferenças e da reafirmação de semelhanças procedimentais na política externa dos países.

Neste trabalho, buscou-se apresentar quais seriam as causas para a oscilação diplomática nipo-brasileira apresentada na década de 1970 e na da década de 1980, observando, ainda, os novos temas diplomáticos nipo-brasileiros virada da década de 1990. De maneira a encontrar a resposta para tal problematização, analisou-se, em um primeiro momento, os condicionamentos externos e a influência dos agentes internos nas formulações de política externa do Brasil e do Japão, de modo a apontar diretrizes e decisões que barraram a evolução das relações entre eles e indicar semelhanças operacionais que aproximem politicamente os países e justifiquem uma maior aproximação político-diplomática e econômica entre os dois Estados. Para tanto, foi

realizada uma análise das principais diretrizes que nortearam a política externa de ambos os Estados ao longo do período considerado no trabalho.

Em um segundo momento, analisou-se a atividade diplomática entre os países em aspectos como a identificação das principais diretrizes da cooperação bilateral entre Brasil e Japão no período considerado. Para tanto, utilizaram-se os discursos dos encontros entre as autoridades de governo de Brasil e Japão, além de textos analíticos que demarcam os principais entendimentos e afinidades entre os dois países no âmbito bilateral. Objetivou-se, dessa maneira, apresentar os principais acordos de cooperação e a evolução dos acordos comerciais entre Brasil e Japão, analisando a natureza dos tratados, bem como a aplicação prática destes no período considerado, de maneira a comprovar a oscilação dos períodos de maior e menor cooperação técnica e comercial entre as nações.

O trabalho foi desenvolvido levando em conta a sua contribuição que pode ser dada à análise das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Japão, tema que foi tratado com bastante ênfase durante os anos 90, mas que teve, na década recente, maior abordagem nos enfoques de comércio entre os países e das relações criadas pelos fenômenos da migração *dekassegui*. Faz-se contundente uma abordagem que catalise os temas diplomáticos e comerciais entre os dois países e analise, de forma crítica, as causas pelas quais as relações entre Brasil e Japão não evoluíram após o arrefecimento dos anos 1980, proposta que foi seguida neste trabalho. O tema faz-se importante no presente momento por conta do crescimento das relações do Brasil com a Ásia, fonte de novas parcerias políticas e comerciais para o país, onde o Japão continua sendo um ator importante em termos econômicos, tecnológicos e políticos, a despeito do crescimento da economia chinesa. Em adição, deve-se destacar o perfil especial das relações nipo-brasileiras. A presença de um contingente de imigrantes e famílias japonesas no Brasil é vista por ambos os Estados como um importante laço étnico e cultural que justifica a aproximação política e econômica entre as duas nações (RPEB, 1974).

Além disso, a análise da aliança nipo-brasileira no G-4 engloba os países em torno de um projeto que poderia ter aproximado os países para o cumprimento de seus objetivos, mas que, no fim, acabou sendo barrado por dificuldades dos próprios países de fortalecerem suas posições em conjunto. Diante da pronúncia do embaixador do Brasil no Japão, Luiz Augusto de Castro Neves, haveria um restabelecimento de tal aliança que traria grandes oportunidades a ambos os países (NEVES, 2009). Estudando as causas para o arrefecimento das relações entre os países, é

possível extrair os fatores fundamentais que causaram o insucesso e realizar sugestões à política externa brasileira para que esta possa usufruir dos benefícios de uma diplomacia mais extensa com o Estado japonês. Os ganhos eventuais seriam tanto em termos comerciais e de projetos de investimento para o desenvolvimento nacional, quanto para a constituição de uma aliança político-diplomática sólida que fortaleça a posição política dos países nos organismos multilaterais.

Estabeleceu-se, como marco teórico deste trabalho, as proposições de Putnam (1988) e Hermann (1990) sobre a formulação da política externa das nações. Seguindo as proposições de Putnam (1988), as decisões realizadas na política externa são compostas por um jogo de dois níveis: “as pressões internas” e as “pressões externas”. Na questão interna, torna-se importante a atuação e a opinião de partidos e grupos privados em decisões externas que se relacionem ao comércio, à integração e à política. Os grupos pressionam o governo vigente de modo a obterem decisões favoráveis a seus interesses e que minimizem conseqüências adversas do desenvolvimento estrangeiro. Por meio desta proposição, o trabalho utilizou a análise da formulação da política externa pelas instituições brasileiras e japonesas, de modo a mapear os interesses nacionais e analisar o quão benéfico e o quão desejável foram as relações bilaterais nipo-brasileiras para os tomadores de decisão e para os grupos internos de ambos os países, em relação a outras oportunidades internacionais que eram apresentadas.

Já Hermann (1990) propõe, em seu texto, uma abordagem sobre a mudança da política externa das nações, tanto na questão da natureza da mudança como nas suas principais causas. Hermann aponta que a mudança pode ser caracterizada em quatro níveis: mudanças de ajuste (sem alteração das decisões, mas com mudança de esforço e de receptores da política), mudanças de programa (feita nos métodos ou meios para dirigir-se ao problema), mudanças de problema ou meta (em que há desistência ou mudança do problema inicial) e mudanças de orientação internacional (que envolve a mudança de orientação total relativa a assuntos mundiais, envolvendo mudanças de papéis e atividades do ator) (HERMANN, 1990, p.5). Quanto às causas para a mudança, Hermann indica o grau de institucionalização (ou o grau com que o governo está engajado com a política), o grau de apoio dos atores internos e o grau de saliência (a significância do assunto na questão da disputa interna de poder) (HERMANN, 1990, p.7). Neste trabalho, a análise dos acordos e dos discursos de ambos os países procurou estabelecer a natureza e as

causas para a mudança procedimental que resultaram na oscilação da atividade diplomática nipo-brasileira.

A metodologia utilizada consistiu na seleção e análise de material bibliográfico pertinente ao tema, incluindo: (i) Consulta a textos acadêmicos de ciências políticas, ciências econômicas e ciências sociais que realizam um mapeamento das relações entre Brasil e Japão e de suas políticas externas dentro do período abrangido pela proposta do trabalho. (ii) Análise dos contratos e acordos legais estabelecidos entre Brasil e Japão disponibilizado em fontes oficiais do Governo Federal brasileiro ou em universidades e demais instituições de pesquisa brasileiras. (iii) Análise de documentação histórica oficial e extra-oficial que sinaliza as relações entre os países e as suas políticas externas no período considerado.

2. A INFLUÊNCIA DOS AGENTES INTERNOS E DOS CONDICIONAMENTOS EXTERNOS NAS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL E JAPÃO

2.1. Anos 1970-80

De acordo com Peres (2009), a redefinição das relações internacionais do Japão no pós-Segunda Guerra estiveram condicionadas à relação especial que o país possuía com os Estados Unidos. Com o objetivo de proteger o Japão da influência do bloco comunista, Douglas MacArthur, encarregado da Força de Ocupação tratou de criar condicionamentos que aproximassem o Japão dos Estados Unidos como aliado político e estratégico. Tal meta estabeleceu a Constituição de 1946 que previu, em especial, o estabelecimento da monarquia constitucional com governo parlamentar, retirando o poder da dinastia imperial, e a proibição do Japão de desenvolver e possuir Forças Armadas próprias e que só poderia prover apoio logístico em missões de paz. A última medida, representada no artigo 9º da Constituição de 1946, marcou o estabelecimento da dependência militar do Estado japonês ao guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Shigeru Yoshida, primeiro-ministro japonês que exerceu o cargo de 1946 a 1954, compreendeu que o sistema internacional bipolar impunha limitações às questões internas e externas. A própria condição do Japão sendo condicionado às Forças de Ocupação não permitiam com que o país pudesse ser considerado soberano (PERES, 2009, p.6). Nesse sentido, Yoshida buscou utilizar a estreita parceria com os Estados Unidos para recuperar a prosperidade econômica japonesa, desenvolvendo amplos laços comerciais com o Estado norte-americano e condicionando as políticas de segurança à ampliação do apoio e da dependência do exército norte-americano. Mesmo depois das assinaturas, em 1951, do Tratado de Paz de São Francisco e do Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA, em que o Japão retomara sua autonomia internacional, o princípio de ampla parceria com os Estados Unidos foi mantido. Como exposto por Uehara (2003), essa política foi conhecida como Doutrina Yoshida, a qual foi utilizada como marco da atuação político-diplomática japonesa ao longo da Guerra Fria e até mesmo no momento posterior ao conflito, sendo abandonada em determinados momentos para que o Japão ensaiasse uma política mais independente no contexto internacional.

A Doutrina Yoshida, segundo Uehara (2003), previa quatro princípios fundamentais. O primeiro dizia respeito ao economicismo, estabelecendo que o objetivo principal da política externa era o de promover a prosperidade econômica e, conseqüentemente, na concepção do governo japonês, os interesses de bem-estar à população japonesa. Dessa maneira, o Japão abdicaria de participar de disputas e questões militares e político-estratégicas internacionais, concentrando-se no crescimento econômico, o que representaria o segundo princípio da Doutrina, o minimalismo. O terceiro princípio, o bilateralismo, estaria exposto, de acordo com Uehara, na ampla cooperação e inter-relacionamento de interesses do Estado japonês com os Estados Unidos, promovendo um alinhamento do primeiro ao último no que concerne à resolução das questões globais. Por último, o Japão prezou pelo multilateralismo, que previa a participação do Estado japonês em fóruns e organismos multilaterais, em especial na ONU e no Banco Mundial, de maneira que fosse conquistada uma posição de maior prestígio internacional e de liderança, mas que, segundo Uehara, acabou sendo uma iniciativa “eclipsada pela relação bilateral com Washington” (UEHARA, 2003, p.114).

Uehara (1999) demonstra que, com o alvorecer da detente na Guerra Fria na década de 1970, em que Estados Unidos e União Soviética alcançaram um equilíbrio nuclear estratégico, o Japão diminuiu suas preocupações relativas à política pela segurança e, com isso, realizou um afrouxamento da relação bilateral com os Estados Unidos. Ao contrário da realização da Doutrina Yoshida, o governo japonês buscou ampliar suas parcerias econômicas e perpetuou o mecanismo de utilização de sua prosperidade econômica como instrumento para a construção de novas parcerias políticas (UEHARA, 1999). Na década de 1960, a conjuntura externa era favorável ao Japão: seus produtos apresentavam competitividade, o padrão dólar-ouro realizava o mecanismo de estabilização da moeda japonesa e o país usufruía de um suprimento de energia relativamente barato (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2010).

Cabe demonstrar que a década de 1970, no entanto, representou para o Japão um período de limitações. A prosperidade econômica que o país desfrutou no pós-guerra foi posta em cheque a partir de eventos como o fim do padrão ouro em 1971, a crise do petróleo de 1973, e a aproximação entre seu maior aliado, os Estados Unidos, e seu rival regional, a China. De acordo com Uehara (2003), enquanto a queda de Bretton Woods ocasionou a valorização contínua do iene, a crise do petróleo fez com que o país crescesse a um ritmo muito mais modesto do que desfrutava nos anos pré-crise (UEHARA, 2003, p.92). Imediatamente à crise, o Japão buscou

ampliar o multilateralismo em sua política externa, aproximando-se do Oriente Médio, de maneira a garantir seus fornecimentos de energia, normalizando as relações com a China em 1978 e buscando novas oportunidades comerciais e laços políticos para fortalecer sua posição no cenário internacional, contrariando os princípios minimalistas da Doutrina Yoshida. No entanto, Uehara cita que, nessa inserção internacional, o governo japonês permaneceu afastando-se do papel de liderança, em especial no período de Fukuda (1976-1978), em que o primeiro ministro reforçou o papel japonês de condução, intermediando conflitos e trabalhando por suas resoluções. Este fora, também, o princípio do primeiro ministro Tanaka (1972-1974) que estabeleceu o papel japonês como criador da paz e não apenas beneficiário dela (UEHARA, 2003, p.98).

No âmbito interno, segundo Uehara (2003), a formulação da política externa se deu, assim como na política interna, a partir de uma tríade de ferro, representada pelo Partido Liberal Democrático (PLD, o partido predominante, ao longo da Guerra Fria, na Dieta, o parlamento japonês), a burocracia (encabeçada nos 5 maiores ministérios do Estado japonês, o MOFA, MITI, MOF, MAFF e EPA) e o setor privado (configurado nas grandes corporações econômicas, também organizadas no Keidanren, a Federação Japonesa de Organizações Econômicas). O autor assinala que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se uma relação de interdependência entre os três atores, que, ao contrário de apresentar-se como a formação de um grupo consensual na política japonesa, estabeleceu-se por meio de um pluralismo de interesses, os quais dependiam do apoio mútuo entre os três grupos para a realização de uma política unificada e consensual. A burocracia dependeu da força política conquistada pelo PLD e de seu apoio político para a aprovação de novas medidas e legislações, e do setor privado para assegurar vagas aos seus ex-funcionários. Já o PLD necessitava do aval burocrático para a realização de projetos e do suporte financeiro das corporações para as suas campanhas políticas. Por fim, o setor privado necessitava dos outros dois atores para a receber vantagens legislativas para ampliar o seu poderio econômico (UEHARA, 2003, p.31).

No contexto da década de 1970 observa-se que a queda do crescimento econômico influenciou diretamente o poder de decisão da burocracia, que antes tinha sido prestigiada e responsabilizada pelo sucesso do modelo econômico japonês no Pós-Segunda Guerra (UEHARA, 2003, p.34). As questões externas eram tratadas e encabeçadas, em especial, pelo MITI cujos controles de informação e de extenso pessoal, além de coordenação e contato com o Keidanren, tornava-se fundamental para dar suporte a negociações estratégicas no âmbito financeiro e

econômico (UEHARA, 2003, p.66). Seguindo o sentido oposto, o MOFA encarregou-se das questões de relacionamento com os EUA e teve extensas dificuldades na diversificação diplomática japonesa devido ao fato de prover de pouco pessoal especializado, com conhecimento técnico e de línguas para a maior promoção de programas de cooperação técnica e econômica, como se propunha a fazer a diplomacia japonesa da década de 1970 (UEHARA, 2003, p.64).

No entanto, com a queda do padrão ouro e a crise do petróleo, setores da burocracia tornaram-se mais dependentes do PLD para a aprovação de projetos, ao mesmo tempo que em que os recursos governamentais tornavam-se mais escassos (UEHARA, 2003, p.41). A necessidade de maior aval dos políticos juntou-se ao maior conhecimento destes, na década de 1970, em diversas áreas do poder político e econômico, fazendo com que o seu papel tornasse-se mais fortalecido no âmbito da política japonesa. A partir deste fortalecimento, membros da Dieta e primeiros-ministros dispuseram de uma maior maleabilidade no que concerne à formulação da política externa japonesa, tomando parte do espaço pertencente à burocracia, cuja articulação interministerial era a força motora dessa elaboração (UEHARA, 2003, p.64). A década de 1980 ao invés de aprofundar o processo, marcadamente através da figura do primeiro-ministro Nakasone, que desejava manobrar a política externa fora do alcance da Doutrina Yoshida, acabou, no entanto, por dar continuidade às diretrizes praticadas pelos governos anteriores. Mesmo com a queda do papel da burocracia, ela continuou sendo proeminente na formulação da política externa, sendo, no entanto, mais atingida por um pluralismo de interesses representados pela classe política, pelo Keidanren e por novos ministérios que buscavam uma participação no processo (como o MAFF, o Ministério da Saúde e Bem-estar, o MPT, entre outros).

De acordo com Uehara (2003), o pluralismo político na formulação da política externa japonesa acabou, por conseguinte, a estabelecer contradições em metas de médio e longo-prazo por parte do Estado japonês (UEHARA, 2003, p.71). O estabelecimento de políticas de curto-prazo, por outro lado, implicou na maior participação do Japão no âmbito regional na década de 1970, tendo em vista que a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã acabou favorecendo uma maior participação do Japão como ator apaziguador e estabilizador de conflitos (UEHARA, 2003, p.93). Este papel do Japão como promotor de discursos a favor da paz encabeçou a política do Primeiro Ministro Takeo Fukuda (1976-1978) a “desempenhar esforços múltiplos em todas as regiões ao redor do globo”, de maneira a ampliar o multilateralismo na formulação da política

externa japonesa, também dando maior atenção à questão da pacificação da Indochina e do aprofundamento da cooperação com a ASEAN pelo desenvolvimento econômico do Leste Asiático. Segundo Uehara (2003), essa diversificação de parcerias, na realidade, era mais um discurso de intenções: na prática, o autor assinala que o que prevaleceu foi a manutenção dos Estados Unidos como pedra angular da política externa (UEHARA, 2003, p.95). O autor indica ainda que o Japão, pelo seu poderio econômico, teve um papel como ator importante, mais reconhecidamente pelos países ocidentais do que pelos seus vizinhos na Ásia. O país passou a integrar o G-7, participando da discussão da condução das políticas econômicas globais, mas, no âmbito da ASEAN, suas contribuições tiveram pouco crédito junto aos países asiáticos no que se referia à condução dos conflitos na Indochina (UEHARA, 2003, p.98).

Já no final dos anos 1970, o primeiro ministro Ohira Masayoshi, que assumiu o cargo de 1978 a 1980, estabeleceu que o Japão seguiria uma posição de liderança nas questões internacionais, aproveitando-se das mudanças do contexto internacional (UEHARA, 2003, p.98-99). Segundo Uehara, a transição para a década de 1980 teve uma importante mudança de percepção da posição japonesa pelo próprio governo japonês. Se no começo da década de 1970 o Japão temia pelo isolamento político e econômico na Ásia, a partir da virada da década de 1980 o governo de Tóquio conquistou maior espaço, aproveitando-se de sua pujança econômica e do apoio conquistado junto aos países ocidentais (UEHARA, 2003, p.99). A liderança política do primeiro-ministro Nakasone (1982-1987), que realizou uma série de reformas domésticas e que ampliou seu apoio junto à população por meio de um grande apelo aos meios de comunicação, engajou o Japão em um processo de maior participação nos fóruns multilaterais e de engajamento em questões político-estratégicas (UEHARA, 2003, p.100). Nakasone fundamentou sua política externa sobre a égide de que a liderança tecnológica do país conduziria a uma liderança política, direcionando-se contra a Doutrina Yoshida, que colocava tanto a dependência da prosperidade econômica quanto a da relação com os Estados Unidos como diretrizes.

Segundo Uehara (2003), o sucesso da política de Nakasone foi barrado pela oposição do próprio PLD, partido ao qual o primeiro-ministro participava, demonstrando a relutância dos atores internos japoneses em abandonar a Doutrina Yoshida. A relação com os Estados Unidos permaneceu importante à medida que o Japão conquistava superávits comerciais cada vez maiores em relação aos norte-americanos. A pressão do governo dos Estados Unidos para uma valorização do iene frente ao dólar tentou refrear o processo, mas as importações americanas de

produtos japoneses permaneceram crescendo. Nem mesmo a ameaça dos Estados Unidos em ampliar o seu protecionismo econômico abalou as relações entre os países. Conforme Uehara, o Japão “mantinha-se numa política reativa” diante das demandas norte-americanas, respondendo aos pedidos de redução de superávits e de liberalização econômica (UEHARA, 2003, p.102).

No que concerne ao regionalismo, o Japão participou da fundação da ASEAN, bloco dos países do sudeste asiático, em 1967, apostando que, antes de uma integração econômica de fato, se fazia necessária a superação dos ressentimentos históricos e conflitos culturais entre os países que integravam o bloco (OLIVEIRA, 2002, p.115). De fato, o país atuou diplomaticamente frente aos membros da ASEAN de modo a cumprir com o objetivo político principal do bloco: o combate ao comunismo. Ainda assim, ao longo da década de 1970 e 1980, o Japão ampliava sua presença no comércio regional com os países da ASEAN, apresentando déficits comerciais devidos às importações de matérias primas e produtos essenciais ao funcionamento da economia japonesa (UEHARA, 2003, p.106). Em adição, a valorização do iene provocou também um deslocamento do setor produtivo de empresas privadas japonesas para países do sudeste asiático como a Indonésia, a Malásia e a Tailândia, tendo em vista que o setor privado desejava, apesar da política monetária a favor dos Estados Unidos, manter a competitividade com os produtos europeus e norte-americanos. Tal deslocamento do setor produtivo acompanhou, também, maiores investimentos em ODA, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento, por parte do Estado japonês para estreitar a parceria do país com os países da ASEAN e ampliar a influência do Japão sobre esses atores (UEHARA, 2003, p.196).

A busca de Nakasone por uma maior participação do Japão em projetos de cooperação política, resultou no projeto de Iniciativa Estratégica de Defesa junto com os Estados Unidos (firmado em 1987), que foi responsável pelo acréscimo de despesas do produto interno bruto japonês com defesa. O primeiro-ministro utilizou-se também de um aumento na ajuda externa em ODA para aproximar o país da Ásia e dos países do Terceiro Mundo, provendo créditos para o desenvolvimento e para a superação de suas dívidas externas (UEHARA, 2003, p.118). Tal ampliação foi creditada à superação da crise do petróleo e colocou o Japão como maior investidor externo do mundo, além de maior fornecedor de ajuda externa para o desenvolvimento (UEHARA, 2003, p.100). O primeiro-ministro foi também responsável por uma aproximação junto à Europa, ressaltando o papel da Otan como importante órgão para a “posição ocidental de

segurança” e que deveria ser também acionada diante das negociações dos Estados Unidos com a União Soviética no âmbito da Guerra Fria na década de 1980 (UEHARA, 2003, p.107).

Utilizando-se dos marcos teóricos abrangidos neste trabalho, pode-se observar que, no âmbito das alterações da política externa japonesa, o pluralismo de interesses entre os três formuladores de política externa (o PLD, a burocracia e o setor privado) não foi um fator positivo aos estadistas japoneses, no que concerne à realização de alterações circunstanciais na agenda externa do Japão. Seguindo a proposição de Putnam (1988), de que as políticas e negociações encabeçadas pelo estadista, normalmente, seguem os interesses domésticos, pois deles dependem o apoio que o primeiro-ministro tem de seu cargo, a dinâmica entre o PLD e a burocracia prevaleceu a manutenção das relações com os Estados Unidos como pedra angular da política externa japonesa, apesar de que a crise econômica da década de 1970 tenha agido positivamente à necessidade do Japão em diversificar parcerias políticas e econômicas. No entanto, mesmo em momentos conflitantes entre os dois agentes internos, como na década de 1970, em que a burocracia perde poder relativo, os primeiros-ministros e o próprio PLD tiveram pouca capacidade de negociação com outros agentes internos, demonstrando que, em termos de política externa, a distribuição de poder decisório permaneceu junto ao MITI (responsável pelas negociações no âmbito econômico, e pelas políticas de ajuda externa) e ao MOFA (responsável pelo tratamento das relações bilaterais com os Estados Unidos).

Seguindo os preceitos de Hermann (1990), pode-se observar que a década de 1970 representou uma mudança de ajuste na política externa japonesa, visto que suas diretrizes se mantiveram inalteradas, seguindo os propósitos da Doutrina Yoshida, porém apresentou-se alguma mudança de esforço e de recipientes da política proposta. Isso se explica pelo fato de que nesse período, apesar de prevalecer os Estados Unidos como pedra angular da política externa, houve uma tentativa no que concerne à provisão de ajuda externa e da realização de diálogos pela paz e segurança, de diversificar parcerias e diálogos com os países de terceiro mundo, tendo em vista o diálogo encabeçado pelo Japão de criador da paz através do desenvolvimento, especialmente no que concerne à Ásia. A ampliação do grau de institucionalização, o que, segundo Hermann, envolve no maior engajamento do governo com as políticas, constituiu-se como maior causa para a mudança de ajuste, tendo em vista que o PLD e os primeiros-ministros perceberam o momento de limitações econômicas como contexto para uma diversificação de parcerias. Ainda assim, e mesmo com a queda relativa de poder da burocracia, o grau de apoio

interno e de saliência foi relativamente baixo ao longo da década de 1970, limitando a atuação do Japão sobre as questões regionais e de diálogos sobre a paz, o desenvolvimento e a condução de políticas econômicas, o que o afastou da posição de liderança no contexto internacional, buscada pelo PLD, e que, como observado anteriormente, produziu pouco apoio de países em desenvolvimento às propostas japonesas nessas questões.

Na década de 1980, em que o primeiro-ministro Nakasone procurou realizar um distanciamento da Doutrina Yoshida, ficou ainda mais claro a falta de poder dos primeiros-ministros na condução da política externa japonesa e na possibilidade de realizar alternativas ao alinhamento com os interesses norte-americanos e ao baixo perfil internacional nas agendas de segurança e desenvolvimento. No que concerne às proposições de Putnam (1988), pode-se observar que Nakasone, ao perder o apoio do próprio partido, não conseguiu mobilizar o setor privado e a opinião pública para dar-lhe os meios de encabeçar maior poder de barganha junto ao PLD e à burocracia e realizar as alterações desejadas na política externa. Seguindo as propostas de Hermann (1990), também falhou na realização de uma mudança de programa, feita nos meios para dirigir-se ao problema da busca do Japão por um papel político fortalecido no contexto internacional, ao tentar dirigir-se às questões regionais e de provisão de ajuda externa através do preceito da liderança tecnológica do Japão, ao invés de confiar na pujança econômica como principal instrumento de sua política externa para a Ásia e as organizações multilaterais. A recuperação do crescimento econômico em 1980, como observado, permitiu ao Japão uma maior atuação nos mecanismos de provisão de ajuda externa, especialmente à Ásia, o que proveria uma mudança de ajuste na política externa japonesa, assim como em 1970, mas que não representou em uma quebra dos princípios da Doutrina Yoshida, como proposto por Nakasone.

Em contrapartida, o Brasil, como país em desenvolvimento, realizava uma trajetória distinta na busca pela sua inserção internacional. Conforme assinalado por Doratioto (2006), o país adotou a diplomacia do interesse nacional, durante o governo Médici, buscando a prosperidade econômica e rejeitando o conceito de interdependência, por considerá-lo um elemento ideológico pertencente à política de estratificação de poder no sistema internacional (DORATIOTO, 2006, p.55). Defendendo o desenvolvimento pela própria política externa do Estado, o governo Médici buscou, segundo o autor, a diversificação de parcerias, ampliando sua presença na América Latina e na África e negando o alinhamento automático aos Estados Unidos. Utilizado como instrumento de justificativa à posição de independência e de estabelecimento de

personalidade internacional própria, o milagre econômico da década de 1970 apresentado pelo Brasil dava respaldo às pretensões do regime militar e projetavam o país como uma potência política por meio da ampliação de sua economia, que abriria espaço para uma maior participação e influência em fóruns multilaterais (DORATIOTO, 2006).

No que concerne à tomada de decisões dentro do governo Geisel, Pinheiro (1993) observa que ela foi protagonizada pela centralização das decisões pelos conselhos interministeriais, pelo Presidente Geisel e pelos ministros da casa, que compunham um círculo restrito de assessores criado pelo presidente, com o qual se reunia duas vezes por dia para tratar de assuntos de interesse geral (p.260). Com isso, órgãos como o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), que outrora compunham o núcleo dos principais agentes formuladores de política no país, perderam espaço e sequer foram consultados quando Geisel realizava as decisões referentes à política externa. Geisel encabeçou grande parte das decisões da política externa orientada pelo pragmatismo responsável por meio de consultas freqüentes não só com os seus assessores mais próximos, mas também com o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silva, que, mesmo não compondo o núcleo duro dos ministros da casa, foi preeminente na área externa, jamais sendo excluído do processo decisório. Segundo Pinheiro, a decisão final, no entanto, sempre coube a Geisel, o que reforçou a vinculação da política externa brasileira à figura do presidente e à marginalização do CSN e do SNI, o que tornou-se fundamental para o rearranjo ideológico na política externa (PINHEIRO, 1993, p.262).

Para Doratioto (2006), o governo Geisel tornou possível que a ampliação de relações diplomáticas viesse a abranger todos os países do mundo, sem a realização de restrições ideológicas. Nesta conjuntura, o estabelecimento do pragmatismo responsável buscou alternativas, no âmbito político, econômico e comercial, à intensa relação bilateral com os Estados Unidos observada na década de 1960. De acordo com Garcia (1997), o pensamento dos militares sobre a política externa não estava encabeçado diante de preocupações territoriais geopolíticas, mas sim dentro do projeto desenvolvimentista, que perdurou até o governo Figueiredo (GARCIA, 1997, p.33). Dessa maneira, o governo não apenas expandiu relações com parceiros estratégicos no terceiro mundo, como China e o Oriente Médio, mas também buscaram um contrabalanceamento da influência do capital estadunidense, por meio da atração de capital estrangeiro, principalmente das potências européias e do Japão. Tal posição se tornava ainda mais necessária, de acordo com Doratioto, por conta da crise do petróleo, que fez com que o país

lançasse mão de uma política de investimentos no setor industrial e na diversificação da economia brasileira, de modo a realizar uma substituição de importações que pudesse reequilibrar o seu balanço de pagamentos (DORATIOTO, 2006, p.57).

Assim como no Japão o período de detente na Guerra Fria, na década de 1970, foi utilizado como espaço para a diversificação da política externa, Leticia Pinheiro (1993) afirma que o Brasil, durante o governo Geisel, fez uso do mesmo cenário para diversificar suas parcerias e buscar a manutenção do desenvolvimento econômico. A autora deve tal visão aos militares, que desejando contornar os efeitos negativos da crise do petróleo sobre a economia brasileira, interrompeu sua política de alinhamento automático aos Estados Unidos e procurou realizar uma política externa sem “princípios ideológicos que pudessem dificultar o atendimento dos interesses nacionais” (PINHEIRO, 1993, p.249). Desse modo, o Brasil demonstrou-se solidário à América Latina, restabeleceu relações diplomáticas com a China, adotou uma posição pró-árabe no Oriente Médio e buscou ampliar parcerias com a Europa Ocidental e também com o Japão para conquistar investimentos e perpetuar o desenvolvimento econômico, como pretendiam os militares (PINHEIRO, 1993, p.250).

No que concerne à década de 1980, Sennes (2003), o Brasil inicia os anos 1980 com um crescente “ativismo político baseado em alianças e coalizões para reforçar a presença do país nos órgãos multilaterais” (SENNES, 2003, p.38). O autor destaca que, durante a presidência de Figueiredo, a noção do Brasil de si próprio como um interlocutor válido e parceiro confiável deveria ser reforçada no âmbito multilateral de maneira a aumentar a importância do país como ator do sistema internacional que faria a ligação dos interesses dos países em desenvolvimento com os países desenvolvidos. Mantendo a bandeira do terceiro-mundismo, o país procurou, ao mesmo tempo, não prejudicar vantagens de ordem econômica conquistadas junto às potências ocidentais e firmar novos laços comerciais e econômicos com países em desenvolvimento cujas capacidades econômicas poderiam ajudar o país a superar a crise econômica dos anos 1980 (SENNES, 2003, p.42).

No entanto, Sennes (2003) aponta que o movimento dos países terceiro-mundistas começa a se enfraquecer diante do cenário da crise econômica derivada do segundo choque do petróleo. Como consequência do choque, o Brasil acaba enfrentando um cenário internacional de crise financeira que debilitou suas oportunidades de investimentos e de ampliadas taxas de juros nos Estados Unidos, que acabaram por agravar o endividamento externo brasileiro e de outros

países em desenvolvimento (SENNES, 2003, p.91), diferentemente do Japão, cuja pujança econômica permitiu a superação de um cenário de debilidades econômicas (UEHARA, 2003). Além disso, o Brasil sofreu ainda sérias debilidades em sua política comercial, tendo em vista que, devido ao aumento do setor industrial e das exportações de produtos manufaturados do país e do forte intervencionismo estatal na economia, o país foi considerado como protecionista e praticante de concorrência desleal pelos Estados Unidos e seus aliados, perdendo vantagens de tarifas preferenciais e outras vantagens que eram concedidas pelas economias desenvolvidas aos países em desenvolvimento (SENNES, 2003, p.94).

Dentro dessas limitações, o Brasil observou uma diminuição da força de sua ação diplomática. Por um lado o país possuía a identidade com o Terceiro Mundo e isto lhe concedia a reivindicação de tratamento preferencial diante dos países desenvolvidos, com os países em desenvolvimento isto lhe permitia “manter e incrementar laços comerciais vantajosos”, estabelecidos nos Sistema Geral de Preferências (SENNES, 2003, p.80). Doratioto (2006) afirma que o Brasil, tendo em conta um espaço de manobra reduzido, utilizou-se, durante o governo Figueiredo de medidas para “reafirmar a autonomia da política externa nacional”. À contestação ao acordo de Bretton Woods seguiu-se um estreitamento de laços políticos e comerciais com países latino-americanos e um esfriamento das relações com os Estados Unidos e seus aliados (DORATIOTO, 2006, p.58).

Ainda assim, decidiu-se por uma posição mais amena no que concerne à barganha que o país tinha sobre sua política comercial com os países desenvolvidos. O Brasil ampliou o seu contingente comercial com os Estados Unidos e com a Comunidade Européia, o que segundo Sennes (2003), acabou por tornar o país mais suscetível às demandas por reformas econômicas (SENNES, 2003, p.98). Além disso, o país sofreu com uma posição de isolamento político em fóruns econômicos como no GATT. Enquanto o Brasil defendia a liberalização do setor agrícola, objetivando a diminuição de subsídios por parte das economias norte-americana e européia, tentava barrar, junto com os países que compunham o G-10¹, o impedimento em tratar de novos temas durante as rodadas do GATT, proposta dos Estados Unidos que teria em vista o regramento do comércio de bens de alta tecnologia e que, segundo Sennes, seria prejudicial aos países recém-industrializados (p.102).

¹ Composto por: Argentina, Brasil, Cuba, Egito, Índia, Iugoslávia, Nicarágua, Nigéria, Peru e Tanzânia.

Durante as reuniões, os Estados Unidos estabeleceu que o bloqueio dos novos temas na pauta de discussões postergaria o tratamento de questões como o Sistema Geral de Preferências para os demais países em desenvolvimento, não pertencentes ao G-10. Com isso, o Brasil, apesar de seu discurso em prol dos países em desenvolvimento, se viu vencido não apenas pelas potências econômicas mas também pela maioria dos países em desenvolvimento que falharam em manter uma unidade política ao longo das negociações (p.105). Ao insucesso do Brasil em conduzir uma política externa em consonância com os interesses dos demais países em desenvolvimento, perdendo assim a pretendida posição de liderança que a diplomacia brasileira requisitava, foi somada a colocação do país como graduado em sua posição de desenvolvimento, perdendo vantagens comerciais junto aos Estados Unidos e obrigando-o a mudar suas bases de ação externa, sendo mais condizente às pressões externa, como a aceitação dos novos temas pelo GATT (p.106).

O quadro se agravou mais adiante com as medidas realizadas durante a presidência de José Sarney. Nesta época foi declarada a moratória da dívida externa e agravada a questão de patentes de contenciosos comerciais entre Brasil e Estados Unidos (DORATIOTO, 2006). Desgastada a posição brasileira no cenário multilateral, o país voltou-se para a América do Sul, ainda durante o governo de Figueiredo, de modo a desenvolver, junto com os países sul-americanos, uma dinâmica de cooperação econômica e política alternativa à influência dos Estados Unidos sobre a região (SENNES, 2003). Conforme Doratioto, o Itamaraty então voltou-se para as iniciativas multilaterais, buscando alternativas às grandes potências, dando clara preferência às relações com os vizinhos sul-americanos. (DORATIOTO, 2006, p.60).

O contrabalanceamento da presença e influência dos EUA se fez presente por meio da ampliação por parte do Brasil e dos países sul-americanos dos processos de integração regional, como a ALALC e a ALADI, ao mesmo tempo em que suas políticas externas procuraram “distanciamento das disputas Leste-Oeste e de tratados e regimes internacionais que limitassem suas autonomias em setores considerados estratégicos” e que aumentassem a presença das potências ocidentais na região (SENNES, 2003, p.109). De acordo com Sennes, a eliminação da América do Sul como interesse prioritário dos Estados Unidos abriu espaço para diversas políticas que contestavam a posição americana na área da segurança e da cooperação política, a exemplo da assinatura do Tratado de Tlateloco e a recusa do Pacto do Atlântico Sul além de programas de segurança na América Central propostos pelos norte-americanos. Além disso, em

particular na segunda metade da década de 1980, o Brasil amplia sua parceria com a Argentina, lançando, em 1986, a Ata de Integração Brasileiro-Argentina e o Programa de Cooperação e Integração Econômica. Sob a concepção de ambos os Estados, tal parceria envolvia uma opção estratégica para a ampliação do comércio e da cooperação em fóruns multilaterais (SENNES, 2003, p.111). O projeto consistiu nos primeiros passos para que, na virada da década de 1990, alcançasse dimensões continentais e recolocaria o Brasil em uma posição reconhecida como de liderança dada sua condição de país predominante na América do Sul (SENNES, 2003, p.112).

Utilizando-se do marco teórico proposto, pode-se observar que o governo brasileiro, dentro das proposições de Putnam (1988), manteve um núcleo coeso ao longo dos governos Geisel e Figueiredo para a condução da política externa do país. A formação de conselhos interministeriais e a alta consulta entre os presidentes e o Itamaraty representaram uma oposição à situação japonesa, em que o pluralismo barrava alterações substanciais no programa da política externa. Especialmente durante o período Geisel, em que há uma continuação da proposta de Médici por diversificação de parcerias, o Brasil aproveitou-se da fácil maleabilidade da condução da política externa no âmbito interno, para focar-se nas oportunidades do contexto internacional e construir uma diplomacia pragmática e baseada na conquista do desenvolvimento como interesse nacional primordial.

Dessa maneira, seguindo a terminologia de Hermann (1990), o Brasil, focando-se em um objetivo em especial, o desenvolvimento, realizou mudanças de programa e de ajuste em sua política externa, de maneira a formar alianças com países de Terceiro Mundo, garantir investimentos externos e boas relações com países desenvolvidos e construir uma base de apoio no sistema internacional. Nos governos Figueiredo e Sarney, com o esgotamento do modelo econômico brasileiro e com as limitações que a política externa brasileira por meio dos condicionamentos externos, especialmente expostos nas dificuldades observadas na relação com os Estados Unidos, o Brasil optou por uma forte mudança de programa, abdicando de seu perfil terceiro-mundista e focando-se no regionalismo como saída para a manutenção da construção da posição de liderança que o Brasil desejava conquistar no âmbito político internacional.

2.2. Mudanças na virada da década de 90

No plano político, a década de 90 representou mudanças expressivas no cenário internacional para os governos de Brasil e Japão. O fim da Guerra Fria desestimulou a aliança militar norte-americana com os japoneses, de acordo com Oliveira (1996), tendo em vista o desaparecimento da ameaça soviética. Já Altemani de Oliveira (2002) expressa o contexto da globalização da década de 90 como sendo prejudicial ao Japão no sentido de que a disputa de poder político e econômico é agravado com os Estados Unidos e a Europa, blocos que, simultaneamente, afastam o alcance nipônico aos mercados de seus continentes² e começam a avançar em direção ao continente asiático em busca de novas parcerias e novas oportunidades de internacionalização econômica. O Japão, antes ator principal da região, vê sua posição ameaçada com a ascensão da China e de outros atores regionais, o que, segundo o autor, forçou-o a procurar soluções imediatas para a crise (OLIVEIRA, 2002, p.121).

Por conseguinte, o Estado japonês estabeleceu suas metas de política externa para o novo contexto de globalização: tornar-se uma potência econômica, política (Através da candidatura ao Conselho de Segurança e à ampliação dos mecanismos de ajuda internacional) e militar (OLIVEIRA, 1996). Muito embora uma corrente defensora da ascensão do Japão como potência militarizada estivesse ganhando força dentro dos mecanismos domésticos de poder, a visão que prevaleceu foi a de defesa do internacionalismo civilista. Tal linha englobaria o Japão ao status de potência global civil, detentora de grande poder de negociação por conta de suas vantagens no desenvolvimento tecnológico e, portanto, no potencial que o país teria para equacionar problemas relativos ao subdesenvolvimento e para agir em prol da pacificação de conflitos. Complementando esta caracterização, na visão de Pereira (1996), a cooperação internacional tornou-se a pedra angular da política externa japonesa na década de 1990. Ao apoio popular ao projeto civilista, agregou-se um novo fator conjuntural relacionado à política e estratégia norte-americana para a Ásia. Faltava aos Estados Unidos de Bill Clinton o estabelecimento de um ponto de apoio na Ásia para fazer frente à China, de modo que resolveu-se estabelecer o Japão como integrante das missões não de imposição de paz, mas sim de caráter onusiano, para manutenção da paz (OLIVEIRA, 1996).

Esta nova postura foi posta a prova quando o Japão passou a buscar uma fortalecida posição política nas Nações Unidas. O objetivo principal da atuação do Japão na ONU estava

² Oliveira e Masiero (2005) indicam, a exemplo disso, a preocupação do Japão com a proposta de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o diálogo realizado com os países latino-americanos para a garantia da presença japonesa nessas economias.

centrado na conquista de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, o que acabou sendo inviabilizado pelo ressentimento que os membros do Conselho tinham de que o país fosse um ator não-independente dos Estados Unidos. As próprias concessões feitas ao Japão pelas Nações Unidas quanto à permissão na atuação de tropas japonesas para as missões de paz das ONU em 1992 foi dada como articulada principalmente pelos desejos dos norte-americanos, o que acabou por afetar ainda mais a imagem do Estado diante de sua busca pela vaga. Para dificultar ainda mais a entrada, as relações sino-japonesas permaneceram em baixo nível de entendimento, e nem mesmo a criação do G-4, que inclui também a Alemanha, Brasil e Índia e que visa o apoio mútuo para candidaturas para o aumento das vagas permanentes do Conselho, obteve aprovação ou apoio dos outros membros do Conselho (JAPAN COUNTRY PROFILE, 2009). Para os Estados Unidos, cabia ao Japão realizar uma estratégia de entrada distinta da do G-4, buscando apoio do Estado norte-americano para uma candidatura japonesa própria e distanciada das proposições de alargamento em maior escala (OLIVEIRA, 2005).

No âmbito regional, prevaleceu a transferência de indústrias para países vizinhos do sudeste asiático, mas, desta vez, agregou-se também, maior comércio com a China. O interesse na recuperação das relações sino-japonesas, de acordo com Leão (2010), se deu pelo desejo de ambos os Estados em reforçar os laços comerciais. O autor demonstra que, diante dos anos de crise econômica da China e do Japão, especialmente no triênio de 1989 a 1991, o programa de transferência de indústrias do Japão à China constituiu-se em um negócio proveitoso para ambas as partes e conveniente à busca de mecanismos de superação dos momentos econômicos desfavoráveis. O autor observa, também, que aos países interessava um reordenamento político distinto do da Guerra Fria, que os colocava em posições geopolíticas distintas e antagonistas, tendo em vista que a ideia dos Estados Unidos, no alvorecer da década de 1990 era diminuir os efetivos na Ásia-Pacífico, deixando uma lacuna que caberia ser preenchida pelos governos de China e Japão (p.96).

A partir da visita do príncipe Akihito à China em 1992, Leão (2010) observa que houve um *boom* de investimentos e de aprimoramento no comércio bilateral entre os países. De 1990 ao ano da visita da autoridade japonesa na China, os investimentos saltaram de 812 milhões de dólares para 3,5 bilhões, mesmo diante de um contexto de retração de investimentos japoneses por conta da crise econômica (LEÃO, 2010, p.95). Ainda assim, mesmo com o crescimento do contingente comercial com a China e de dificuldades econômicas decorridas da deflação, não

houve perda por parte dos países da ASEAN em termos de investimentos japoneses e de Ajuda Externa, fortalecendo a posição regionalista que o Japão deu à sua política comercial. Os investimentos, de fato, quase triplicaram de 1991 a 1995, dado ao processo de abertura das contas de capital dos países da ASEAN, que facilitaram o acesso dos capitais japoneses aos mercados financeiros dessas economias (LEÃO, 2010, p.97).

Ainda em relação à China, o Japão foi colocado como uma espécie de ponte, responsável por amenizar as tensões das relações sino-americanas no pós-Guerra Fria. Muito embora a China estivesse temerosa de um avanço da influência norte-americana na Ásia após o fim da União Soviética e muito embora os Estados Unidos se preocupasse com o fato da China buscar poder econômico e militar continuamente crescente no Leste Asiático, o Japão, por meio de seu poderio econômico e de seu novo status político, agiu de maneira a criar iniciativas trilaterais, apaziguar tensões e buscar um entendimento político entre os dois países (HOOK ET AL., 2005, p.175). No entanto, essa posição representou também riscos ao Japão, tendo em vista que ele não constituía-se como um ator com capacidades militares equivalentes, posicionando-se como interlocutor de dois agentes com capacidades muito maiores nessa área. As conseqüências para a política externa envolveriam uma posição impotente do Japão diante da disputa de poder entre Estados Unidos e China e uma ameaça à segurança japonesa no caso extremo da realização de um conflito entre os dois atores, visto que o país, inevitavelmente, seria posicionado a um dos dois lados do conflito (HOOK ET AL., 2005, p.176). Com isso, a estratégia de paz do Japão em relação à China passou a ser a tentativa de engajar o Estado chinês em fóruns multilaterais políticos e econômicos, buscando maior acesso diplomático e de diálogo, e confiando na força da globalização e do multilateralismo para aprimorar as relações bilaterais sino-japonesas (HOOK ET AL., 2005, p.175).

O discurso do Japão a favor do multilateralismo acentuou também o relacionamento com a Europa, que desde a queda do muro de Berlim, voltou a ser uma região de interesse político e econômico para o Estado japonês, tendo em vista o crescimento da Comunidade Européia. Aproveitando-se do momento de retirada dos Estados Unidos da esfera do Leste Asiático, o Japão desejava reforçar seu papel político junto à Europa para firmar-se como agente político relevante e dar continuidade ao processo de reconhecimento, advindo da década de 1980, em que o Japão exerceu maior presença em fóruns multilaterais por meio da liderança do primeiro-ministro Nakasone e de um momento econômico favorável (HOOK ET AL., 2005).

No entanto, o Japão não definiu estratégia precisa sobre como atuar diante do crescimento da Europa no cenário internacional. Hook et al (2005) atribuem essa falha à estruturação da elaboração da política externa no Japão. A burocracia permaneceu como agente prioritário na formulação da política externa, sendo que os ministérios mais relevantes (MOFA e MITI) permaneceram alocando esforços em relação à Ásia e aos Estados Unidos, provendo de pouco pessoal para o tratamento com a Europa e até mesmo com a América Latina (HOOK ET AL., 2005, p.257). Dessa maneira, apesar da ampliação das iniciativas multilaterais entre Japão e Europa, o Japão permaneceu incapaz, na virada da década de 1990, de quebrar o protecionismo econômico europeu e inserir-se com maior atividade em seu mercado, além de confiar excessivamente em iniciativas trilaterais, junto aos Estados Unidos, para buscar objetivos de cooperação política com o continente europeu (p.266).

No âmbito das relações com os Estados Unidos, Hook et al. (2005) observam, ao contrário do exposto por Oliveira (1996), que os atores políticos japoneses não realizaram uma diminuição do perfil bilateral, mesmo com a mudança do cenário internacional na década de 1990. O Japão permaneceu atrelado à influência política e econômica norte-americana e respondeu a pressões por parte de seu principal aliado político para a participação na Guerra do Golfo em 1991 (HOOK ET AL., 2005, p.99). A submissão japonesa à posição norte-americana em relação ao conflito no Iraque se deu, de acordo com Uehara (2003), pela perpetuação dos mecanismos de dependência aos Estados Unidos, e pela debilidade do Japão em sua capacidade de formulação de políticas de cunho militar, mesmo num contexto em que setores internos ligados ao PLD e à burocracia defenderam uma maior autonomia nesse âmbito. A ação japonesa na Guerra do Golfo foi submetida ao comando dos Estados Unidos e, ainda assim, grande parte da contribuição japonesa ao conflito se deu através de apoio logístico e econômico, dado à limitação que o Japão não conseguia superar em termos de organização de força militar (UEHARA, 2003, p.170). De fato, Uehara também se aproxima dessa análise ao avaliar que houve um bilateralismo predominante na política externa japonesa, acentuando a dependência dos acordos de segurança com os Estados Unidos e reforçando novamente os princípios da Doutrina Yoshida, em contraposição às reformas que Nakasone tentou implementar durante a década de 1980. O autor demonstra que até mesmo a opinião pública japonesa estava a favor da dependência política e na área de segurança: em 1995, 65% dos japoneses apoiavam a Aliança de Segurança Mútua EUA-Japão (UEHARA, 2003, p.143).

De acordo com Uehara (2003), esses fatores das relações com os Estados Unidos se somaram às debilidades da economia japonesa, cada vez mais dependente do âmbito financeiro para manter seu crescimento constante, resultando numa crescente debilidade por parte do Estado japonês de atuar com um papel de liderança no cenário internacional, pois agora a pujança econômica da década de 1970 e 1980, que era utilizada recorrentemente como instrumento de manobra na política externa, estava ameaçada (UEHARA, 2003, p.206). A experiência da Guerra do Golfo evidenciara a incapacidade do Japão de atuar como agente militar independente, e, também, a baixa participação do país em questões de segurança internacional, motivadas pela defesa da Doutrina Yoshida pela burocracia e pela opinião pública. Tal posição representou uma perda de oportunidades vitais para a reformulação do papel japonês no pós-Guerra Fria, pois a conjuntura internacional e a demanda internacional de outros países clamava por uma participação ativa do Estado japonês em questões políticas. No entanto, como demonstrou Uehara:

“Não havia (...) um plano, uma estratégia ou mesmo uma intenção clara por parte do governo japonês em ocupar essa posição que lhe era confiada. Dessa forma, dentro de suas possibilidades o governo japonês procurou articular políticas responsivas. Essa situação, para o governo japonês era problemática, pois não havia apoio doméstico nem por parte dos partidos, nem da opinião pública e nem dos empresários para que o Japão viesse a ocupar uma liderança política internacional” (UEHARA, 2003, p.205).

Seguindo as proposições teóricas de Putnam (1988), podemos observar que com um pluralismo mais acentuado no contexto da formulação política japonesa, em que havia, inclusive, divergências de correntes de pensamento da posição e postura que o Japão deveria assumir frente à suas políticas de segurança, haveria maior distribuição de poder que permitiria aos governos negociarem alterações na política externa japonesa. No entanto, a falta de um projeto claro de inserção internacional por parte do Japão ofuscou as tentativas de diversificação da política externa e fez com que o Japão não aproveitasse as oportunidades políticas, em reforçar sua posição na Ásia e buscar novas parcerias ao redor do mundo, que se apresentaram ao país diante do fim da Guerra Fria. Ainda muito dependente das relações com os Estados Unidos e do seu perfil econômico como instrumento de política externa, o Japão não só necessitou limitar o alcance de sua política de ajuda externa, como também encontrou dificuldades em realizar

entendimentos comerciais e políticos com atores importantes (como China, os países da ASEAN e a Comunidade Européia) que fugiriam ao âmbito da relação bilateral com os Estados Unidos.

Por não apresentar uma coesão interna frente à formulação de uma nova política externa e por se submeter aos condicionamentos externos, sem aproveitar oportunidades que surgiram na virada da década de 1990, a política externa do Japão apresentou poucas mudanças de ajuste, na terminologia de Hermann (1990), mantendo-se o perfil preferencial da Doutrina Yoshida e do papel da ODA diante do relacionamento com os países em desenvolvimento. Aos atores internos do Japão, prevaleceu o alto grau de institucionalização no que concerne ao tratamento da questão bilateral com os Estados Unidos (reforçando-se a participação do MOFA e de outros ministérios) e da ODA (com a atuação do MITI), enquanto que se observou um baixo grau de institucionalização e um baixo grau de apoio interno ao tratamento de um novo projeto de política externa por parte do Japão. Além disso, há de se constatar que manter a política externa sob as diretrizes da Doutrina Yoshida representaria também um alto grau de saliência ao governo japonês, tendo em vista o apoio da população ao relacionamento com os Estados Unidos e o afastamento do Japão das questões de segurança e de diversificação de desenvolvimento de capacidades militar, como afirmou Uehara (2003, p.143).

No que concerne ao Brasil, interessava, segundo Hirst e Pinheiro (1995) uma inserção internacional autonomista, independente e ativa no sistema internacional no novo contexto pós-Guerra Fria. Junto com o esgotamento do modelo econômico de substituição de importações na segunda metade da década de 1980, e com o arrefecimento dos investimentos externos, adicionou-se a vinda de profundas alterações sobre a tomada de decisões de política interna e externa no país, com uma queda acentuada da importância da burocracia e do apoio das elites políticas e econômicas (p.5). O Brasil necessitou, também, rever sua política externa devido ao reordenamento do sistema internacional. Segundo as autoras, tornou-se fundamental que o país abdicasse de seu perfil terceiro-mundista, estabelecendo que o fim da Guerra Fria não acentuaria as clivagens no âmbito Norte-Sul, mas sim traria novas oportunidades de cooperação e entendimento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (p.6).

No entanto, um traço que permaneceu da política externa do regime militar foi de que a política externa esteve vinculada ao modelo econômico proposto pelo país (HIRST; PINHEIRO, 1995, p.7). Se durante a época dos militares o projeto desenvolvimentista envolvia uma postura autonomista, as propostas de liberalização econômica exigiriam uma agenda de entendimentos

com os países desenvolvidos, em especial com os Estados Unidos para facilitar o acesso do país a tecnologias e créditos, de atuação em fóruns multilaterais para reforçar a postura multilateral da política externa brasileira e de reforçar oportunidades comerciais e de integração regional, buscando oportunidades lucrativas no âmbito do Cone-Sul e da criação do Mercosul (p.14). Além disso, outra característica de destaque que foi mantida em relação à época da diplomacia do regime militar, foi de que a diplomacia encabeçou uma postura reativa, especialmente durante o governo de Itamar Franco, percebendo que, se “o mundo caminhava para uma dissociação hegemônica”, o Brasil não deveria excluir a busca de novos parceiros e não deveria adotar uma posição passiva às discussões no âmbito multilateral, tanto no âmbito econômico quanto do desenvolvimento social (BERNAL-MEZA, 2002, p.60).

Também há de destacar o papel do Itamarati na tomada de decisões quanto ao perfil da política externa. Após a crise política interna causada pelo governo Collor, coube ao órgão restabelecer a imagem de credibilidade do Brasil frente à comunidade internacional (HIRST; PINHEIRO, 1995). Se no governo Collor a liberalização econômica brasileira foi alvo de contestações pelos países desenvolvidos e, em particular, pelos Estados Unidos, no governo de Itamar Franco, o Itamaraty mudou a bandeira da política externa da liberalização para o desenvolvimento, deixando claras as pretensões do país em afirmar valores democráticos e adotar uma postura universalista, ligada aos interesses nacionais e sem a categorização e rótulos que causassem questionamento por parte da comunidade internacional (HIRST; PINHEIRO, 1995, p.9-10).

Ao que concerne às relações bilaterais com o Estado norte-americano, Bernal-Meza (2002) explica que ao Brasil interessava uma postura de entendimento com os Estados Unidos de maneira a não agravar diferenças, dado o desgaste das relações que foi observado na segunda metade da década de 1980 (BERNAL-MEZA, 2002, p.39). No entanto, manter um baixo perfil nas relações tornou-se um desafio de enormes proporções dado os interesses conflitantes que o Brasil tinha em relação à expansão do NAFTA e a possível criação da ALCA (BERNAL-MEZA, 2002), e também, da larga agenda de atuação política e econômica norte-americana que o presidente Clinton adotou em relação à América Latina, em especial com Argentina, Chile e México (HIRST; PINHEIRO, 1995). Ainda assim, de acordo com Hirst e Pinheiro (1995), a adesão do Brasil aos regimes de segurança internacional, especialmente a disposição às diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e da assinatura do Tratado de Tlateloco,

durante o governo de Itamar Franco, permitiu que o Brasil conquistasse maior confiabilidade do Estado norte-americano e pudesse, dessa maneira acentuar as negociações políticas e comerciais com o país (HIRST; PINHEIRO, 1995, p.14).

As tensões do Brasil se justificam pelo fato da intensificação do regionalismo a partir da criação do MERCOSUL e da larga cooperação adquirida junto à Argentina terem sido consideradas não apenas como política de ganhos econômicos, mas também de ganhos estratégicos para o Brasil (HIRST; PINHEIRO, 1995). Tal cooperação não apenas aceleraria o processo de liberalização econômica desejada pelo país, como também uma oportunidade para que o Brasil, junto com seus aliados, aplicasse restrições à globalização, reforçando sua posição diante de um contexto internacional de larga discussão sobre reformas sobre a condução da política econômica ao redor do mundo (HIRST; PINHEIRO, 1995, p.14). Em consonância com essa análise, Bernal-Meza (2002) indica que o Brasil utilizaria o MERCOSUL como ponte para uma inserção mais autônoma no sistema internacional, realizando uma abertura gradual de sua economia, primeiro reforçando-a na escala regional para depois competir no cenário internacional. Além disso, visaria à conquista de um reconhecimento internacional do país como potência regional graças à sua liderança política e constituição de centro industrial no bloco, e, ao mesmo tempo, o enfrentamento de políticas de estratégias hegemônicas por parte dos Estados Unidos (BERNAL-MEZA, 2002, p.44).

Ao que concerne ao multilateralismo, Hirst e Pinheiro (1995) apontam que, especialmente no governo Itamar Franco, a ação diplomática é intensificada de maneira a promover uma postura ativa do Estado brasileiro nas questões internacionais, destacando-se a presença brasileira em fóruns multilaterais, aonde propôs a inclusão de uma “Agenda pelo Desenvolvimento” em soma à Agenda para a Paz, já vigente nas Nações Unidas. Respondendo a críticas relacionadas ao tratamento brasileiro da questão ambiental e de Direitos Humanos, o país participou de conferências como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 e a Conferência de Viena em 1993, apresentando um discurso que creditava ao asseguramento do desenvolvimento, a fonte de superação dos problemas sociais, ambientais e das disparidades econômicas (ARRAES, 2006, p.40).

No âmbito comercial, o Brasil manteve a postura dos governos anteriores referentes às negociações do GATT e OMC (HIRST; PINHEIRO, 1995). Tal posição envolveu a tentativa de barrar discussões referentes aos novos temas e, com isso, defender uma posição ferrenha contra

os subsídios e a favor da liberalização do comércio agrícola e do acesso a tecnologias e bens de capital por conta dos países em desenvolvimento. Incapaz de articular uma aliança que unisse a posição dos países em desenvolvimento, o Brasil observou o avanço da discussão dos novos temas na forma da crítica dos países desenvolvidos aos baixos custos de mão-de-obra em algumas economias, que traria condições desiguais de competitividade (p.13). De acordo com Bernal-Meza (2002), a estratégia brasileira frente à OMC foi de se focar na discussão da solução de controvérsias na agricultura, e de abdicar a uma resistência aos temas de liberalização desejados pelos Estados Unidos e outros países desenvolvidos, especialmente porque tais exigências e propostas foram feitas em um *momentum* de liberalização econômica interna brasileira (p.48).

Ao governo brasileiro interessava, em adição, uma revisão de sua agenda internacional para a diversificação de parceiros, e, de acordo com Oliveira e Masiero (2005), tal postura não foi diferente na Ásia, onde parcerias políticas e econômicas foram buscadas. Ao Brasil, segundo os autores, já era claro que o Japão não representava a única alternativa de parcerias no continente, e que as relações com a Coreia do Sul e o sudeste asiático deveriam ser reforçadas (p.14). Em contraposição, Bernal-Meza (2002), aponta que o país, durante o governo Itamar Franco, reforçou nessa diversificação, principalmente, a busca por ampliações de parcerias fora do âmbito americano e europeu, buscando entendimentos especialmente com a Índia, a África do Sul, a Rússia e a China, tendo em vista que a diplomacia buscava o estabelecimento do Estado como país continental e potência média, posição que o aproximava destas nações (p.39). Com isso, enquanto que para as economias da ASEAN e para a Coreia do Sul a estratégia brasileira focava-se na ampliação das oportunidades comerciais (OLIVEIRA; MASIERO, 2005), o relacionamento com Rússia, Índia, África do Sul e China estabelecia associações estratégicas de longo-prazo, tanto no campo econômico como também no político, dado às posições comuns observadas entre o Brasil e esses países no âmbito da ONU (BERNAL-MEZA, 2002, p.41).

Analisando a política externa brasileira através do marco teórico de Putnam (1988), pode-se observar que as alterações vindas com o novo contexto da virada da década de 1990 permitiram ao Brasil uma atuação mais livre na política externa, principalmente após a perda de paradigma representada pela retirada do rótulo da liberalização na política externa brasileira no governo Itamar Franco (HIRST; PINHEIRO, 1995, p.8). A afinidade apresentada no âmbito interno permitiu que o país caminhasse em direção a uma livre condução da política externa a

favor do interesse nacional, mesmo diante de um cenário de pressões externas por parte dos países desenvolvidos e dos Estados Unidos, de maneira que manteve-se um alto perfil diante do âmbito regional e de diversificação das parcerias estratégicas com outras potências médias, como especificado por Bernal-Meza (2002). Além disso, cabe observar a importância da adoção de uma agenda multilateral mais extensa pelo Brasil, que permitiu o aprimoramento de relações com diversos países no âmbito bilateral e proporcionou novas oportunidades políticas e comerciais ao país.

No âmbito das mudanças da política externa, conforme o marco teórico de Hermann (1990), podemos observar que, em um primeiro momento, o Brasil procurou realizar uma mudança de problema trocando a temática da política externa do desenvolvimentismo e da conquista de uma posição autônoma para uma política de liberalização. As debilidades políticas do governo Collor e a crise política originada pelo seu *impeachment*, no entanto, fizeram com que o país retornasse, novamente, à diplomacia universalista, a favor do interesse nacional, o que, como resultado final, fez com que o país mantivesse apenas mudanças de ajuste na sua política externa, intensificando esforços para o fortalecimento da posição brasileira na América do Sul e nos fóruns multilaterais. As mudanças de problema seriam representadas, diante do contexto da virada da década de 1990, por um alto grau de saliência nas questões de política externa, tendo em vista que o país passava por uma transição interna que abdicava da posição desenvolvimentista do Estado para uma postura liberal (BERNAL-MEZA, 2002, p.37). Com a queda do paradigma liberal na política externa brasileira, o país voltou-se novamente para as oportunidades que lhe permitiriam ganhos políticos e econômicos, reforçando também a posição do Itamarati durante o governo Itamar Franco. Tais fatos comprovam um alto grau de institucionalização e um alto grau de saliência das questões externas por parte do governo brasileiro na realização das mudanças de ajuste.

3. DA APROXIMAÇÃO AO ARREFECIMENTO DA PARCERIA NIPO-BRASILEIRA ³

3.1. As relações bilaterais Brasil e Japão nos anos 1970.

Como observado no capítulo anterior, enquanto que a década de 1970 representou para o Japão um período de limitações dado os efeitos da crise do petróleo sobre a economia japonesa, que exigiu a diversificação de parcerias para manter o fornecimento de matérias-primas, no Brasil, o milagre econômico proporcionou um momento de pragmatismo na política externa brasileira, em que a diversificação de parcerias visou a perpetuação do modelo econômico brasileiro (NUNES, 2006). Como especificado por Sousa (2007), o milagre de 1973 no Brasil, que tornou-se a origem de mudanças estruturais na indústria, apoiava-se não apenas na empresa-estatal e no capital nacional, mas também, necessariamente e em grande medida, no fluxo de capital estrangeiro (SOUSA, 2007, p.12). Dessa maneira, no âmbito econômico da relação nipo-brasileira na década de 70, Nunes (2006) indica que há uma convergência de interesses entre os Estados brasileiro e japonês, ao assinalar a condição estrutural das economias de ambos os países no período: por um lado, o Japão apresentava-se como potência industrializada, altamente dependente da importação de alimentos e de matérias-primas; por outro, o Brasil, país dotado de vantagens naturais, possuindo os recursos buscados pelos japoneses, necessitava dos investimentos externos para dinamizar a sua economia, enquanto a sua política externa almejava a “multilateralidade e a conquista de novos mercados” (NUNES, 2006, p.11).

O entendimento dessa conjuntura por ambos os governos acaba originando o Acordo Básico de Cooperação Técnica de 22 de setembro de 1970. O tratado previa a troca de informações relativas a assuntos técnicos específicos entre os dois países, o envio de técnicos e peritos japoneses ao Brasil para assistência tanto no complexo industrial como na análise dos projetos de desenvolvimento econômico e social e, por fim, o fornecimento de maquinaria e equipamento industrial nipônico ao Governo Federal brasileiro. Em 1976, o acordo permitiu a entrada da JICA no Brasil, órgão do governo japonês responsável pela administração da ajuda externa e que trabalhou juntamente com o governo brasileiro no cumprimento dos acordos de

³ Dados relativos ao comércio e cooperação técnica bilateral entre Brasil e Japão podem ser encontrados nas tabelas situadas nos apêndices deste trabalho.

cooperação técnica, comerciais, ambientais, entre outros estabelecidos entre os dois países (JICA, 2010).

Ao mesmo tempo, a questão dos recursos minerais é abordada com ampla importância entre os governos japonês e brasileiro, devido ao caráter estratégico que representava para ambos os países. Até 1973, o Estado japonês praticava o comércio de tais recursos principalmente com Austrália, Canadá e EUA. Henrique Altemani de Oliveira (2002), no entanto, aponta que o milagre econômico brasileiro acaba por coincidir com um período de consolidação do Japão como potência econômica e da valorização do iene, mesmo diante da crise, fatores que acabam aprofundando a demanda energia em outros países⁴. De acordo com o autor, o Brasil apresentou-se na época como fornecedor seguro e estável de matérias-primas, além de tornar-se atrativo por conta de seu crescimento acelerado (OLIVEIRA, 2002, p.119). No entanto, Uehara (1999) argumenta que, mesmo o Brasil apresentando-se como um dos maiores fornecedores de minério de ferro ao Japão na década de 1970, a deflagração da crise do petróleo motivou a transferência de indústrias japonesas para o exterior, de maneira a diminuir a vulnerabilidade econômica do país, o que acabou por diminuir a exportação de matérias primas brasileiras para o país.

Ainda assim, a visão japonesa do Brasil como um parceiro econômico seguro e estável fez com que os investimentos nipônicos direcionassem-se, de acordo com Doratioto (2006), às áreas da siderurgia, mineração e geração de energia elétrica. Através da vinda da JICA, novos projetos desenvolvimentistas foram estabelecidos com a contribuição do capital nipônico no governo Geisel, como a criação da ALBRÁS, direcionada à produção de alumínio no Pará, os investimentos no Projeto de Carajás, para a extração de minério de ferro, e a realização de uma série projetos de ampliação de infra-estrutura portuária e nos corredores de investimento para escoamento da produção (DORATIOTO, 2006, p.56). Além destes, Uehara (1999) menciona a criação da Cenibra, em 1973, responsável pela produção de celulose, e também os investimentos realizados nos setores petroquímico e de fertilizantes.

Outra questão de grande significado nas relações entre Brasil e Japão, também de caráter comercial e político, deu-se no ponto da produção de soja. Altemani de Oliveira (2002) argumenta que, ao se constatar a alta dependência do Japão do mercado norte-americano na importação de soja, os Estados brasileiro e japonês lançam conjuntamente o Programa de

⁴ Nunes (2006) aponta que a Austrália permaneceu como principal fornecedor de recursos minerais ao Japão, mas logo a seguir encontram-se os países do sudeste asiático e a América do Sul, abordados a partir dessa nova conjuntura apontada por Oliveira (2002).

Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Nunes (2006) apresenta o projeto como um conjunto de empréstimos fundiários e investimentos para a realização de assentamentos e cultivos agrícolas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia e Maranhão, financiados pela JICA e executados não pelos organismos federais, mas sim por executivos privados japoneses e brasileiros (NUNES, 2006, p.94). No que diz respeito aos impactos do PRODECER na economia brasileira, Altemani de Oliveira (2002) indica que o Brasil saltou para a segunda colocação dos maiores produtores de soja, após os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2002, p.56), enquanto que Nunes (2006) enfatiza que o projeto teve destaque na expansão da fronteira agrícola brasileira na década de 80, contribuindo para a ocupação do território nacional (NUNES, 2006, p.94).

O PRODECER foi resultado, segundo Uehara (1999), da expansão dos mecanismos de ajuda externa do Japão aos países da América Latina. A Ajuda Oficial Externa (ODA) do governo do Japão tinha como principal âmbito de atuação, na década de 1960, os países asiáticos, realizando 90% do total de investimentos da agência ao redor do mundo. Com a deflagração da crise do petróleo e, subseqüentemente, a decisão do governo japonês de diversificar parcerias econômicas na década de 1970, a América Latina passou a ser beneficiada pela iniciativa japonesa, muito embora em menor quantidade que a Ásia, tendo em vista a percepção da classe política japonesa de que a América Latina apresentava-se como área de influência prioritariamente dos Estados Unidos. Ainda assim, o Brasil tornou-se o maior receptor de ODA na América Latina e o quinto maior receptor global dos investimentos japoneses ao longo dos anos 1970 (UEHARA, 1999).

Realizando uma análise da conjuntura de comércio bilateral entre os dois países, bem como da natureza dos investimentos nipônicos na economia brasileira, Schwartz (1991) assinala que o Japão utilizou-se de uma estratégia baseada na criação de mecanismos para a complementação industrial japonesa. No que concerne ao perfil de investimentos, o estado japonês buscou confeccionar “uma rede de oferta de matérias-primas e recursos naturais e a organização de uma rede global de distribuição e de estruturação de mercados semicativos” (SCHWARTZ, 1991, p.23). Assim como Altemani de Oliveira (2002), o autor denota, que esta restrição do perfil de investimentos espelha-se na pauta do comércio brasileiro-japonês. Muito embora fosse do interesse brasileiro realizar a expansão de sua pauta, incluindo produtos manufatureiros (para promover um caso análogo à cooperação do Brasil com a Alemanha e os

Estados Unidos), o Japão persistiu na compra de commodities e na venda de produtos de alta tecnologia, muitas vezes utilizados com insumos brasileiros (SCHWARTZ, 1991, p.22-23).

No âmbito dos discursos e dos encontros bilaterais realizados na década de 1970 fica mais evidente ainda a intenção de ampliar a cooperação política na relação nipo-brasileira. Em 1974, na ocasião da visita do primeiro-ministro japonês, Kakuei Tanaka, ao Brasil, o presidente Geisel argumentou que as bases para as relações entre Brasil e Japão se encontravam em uma sólida semelhança política. Para ambos os países, o repúdio à guerra, o respeito aos princípios da justiça intergeracional e a negação ao isolamento caracterizavam-se como as posições em que se inspiravam as posições políticas das duas nações (RPEB 1974, p.13). O discurso de Geisel enfatiza que tanto Brasil quanto Japão, por respeitarem os princípios de soberania das nações, tornavam-se aptos a apresentarem-se ao mundo como um modelo de amizade entre dois países, unidos pelos seus interesses solidários, mas sempre respeitosos às diferenças existentes na individualidade de cada país e das responsabilidades de seus governos.

Tanaka, por sua vez, fez questão de enaltecer o Brasil como ator ascendente no cenário internacional, por conta do milagre econômico, o que traria consigo ampliadas responsabilidades econômicas ao país, e da posição a favor da consecução da paz e estabilidade da comunidade mundial, área na qual ambos os países poderiam realizar maior cooperação (p.15). Um ano mais tarde, em 1975, na visita do vice-primeiro-ministro Takeo Fukuda ao Itamaraty, o discurso japonês enfatizava uma preocupação, dada a crise do petróleo e a devastação dos recursos naturais, uma situação em que o Brasil, como grande detentor desses recursos, encontraria grandes oportunidades para destacar-se no cenário internacional. A crise do petróleo assinalara dificuldades à economia japonesa, mas, segundo Fukuda, os laços econômicos entre Brasil e Japão deveriam fortalecer-se. Tal preocupação deixa explícita a posição japonesa da diversificação de parcerias nos momentos de crise econômica. O vice-primeiro-ministro também assinalou que dadas as posições políticas semelhantes e o intercâmbio cultural elevado entre os dois países, as relações deveriam não apenas ser ampliadas na ordem bilateral, mas também no estabelecimento de parcerias que representassem interesses semelhantes entre os dois países no âmbito multilateral (RPEB, 1975, p.62).

A visita de Geisel ao Japão no ano seguinte foi tratada com grande ênfase pelo Itamaraty na Resenha de Política Exterior de julho a setembro de 1976 (RPEB, 1976). Com vistas a ampliar a atuação política exterior do país, Geisel percorreu um circuito de visitas a países do primeiro

mundo como a França e o Reino Unido, em seguida indo a Tóquio para aumentar a gama de opções de parceria oferecidas ao Brasil na cooperação econômica e política. Dando sucessão à Primeira Reunião Consultiva Ministerial Brasil-Japão, realizada em 1974, após a visita de Tanaka ao Brasil, Geisel buscou no Japão o aumento da participação dos investimentos nipônicos na economia brasileira e da participação das exportações brasileiras no mercado japonês.

No entendimento de Geisel, os dois países se colocavam como contrastantes em termos econômicos e estratégicos, mas apresentando-se como complementares aos interesses econômicos e políticos um do outro. Para o presidente, de um lado, o Japão apresentava-se como um país desenvolvido e detentor de recursos tecnológicos e que se projetava no âmbito internacional por meio do relacionamento amistoso. De outro, o Brasil apresentava-se com um grande contingente populacional e uma grande extensão territorial, sem, no entanto, atingir plenamente o grau de desenvolvimento que desejava. Identificando o próprio país como supridor de matérias-primas e alimentos, Geisel sinalizou que o campo de emprego de recursos tecnológicos e de investimento poderiam também ser proveitosos ao fortalecimento do interesse mútuo nas relações bilaterais (RPEB, 1976, p.7).

No contexto da visita, o governo Geisel era bastante prestigiado pelas autoridades japonesas. Em discurso do imperador Hiroito, foi reiterado que o Brasil impôs-se como grande potência e tem o respeito dos outros países. Ao reconhecimento do governo brasileiro como dedicado à prosperidade econômica e ao fortalecimento dos laços bilaterais, o imperador japonês manifestou a vontade de que Geisel entrasse em contato com o maior número possível de autoridades de modo a diversificar os entendimentos culturais e econômicos dos países. O primeiro-ministro Tanaka, por sua vez, apontou a superação econômica do Brasil e a admiração pela administração dos recursos e dos planos econômicos e estratégicos do país, manifestando o interesse japonês de permanecer como grande investidor e diversificar a parceria econômica, de modo que o século XXI viesse a compor um cenário não apenas japonês, como apontado por analistas, mas de progresso ininterrupto de ambas as nações (RPEB, 1976, p.12). O vice-primeiro ministro, Takeo Fukuda, encarava a complementaridade comercial das relações nipo-brasileiras principalmente na oposição do Brasil como país abundante em recursos naturais e do Japão como detentor de uma indústria avançada, declaração que reforçou o argumento do interesse marcadamente econômico do Japão no plano bilateral.

A isto, deve-se reiterar também a divergência nos discursos dos países a respeito das expectativas de diversificação dos laços bilaterais. Enquanto Tanaka explorava, marcadamente, uma ampliação dos laços culturais e econômicos, Geisel, além de concordar com tais aproximações, buscava estabelecer formas de proximidade política entre as nações que justificassem uma maior cooperação em questões políticas internacionais e de longo prazo, especialmente no que tange à paz, à segurança internacional e ao desenvolvimento econômico e social (RPEB, 1976, p.14). O presidente reafirmou, durante a visita, a importância do fenômeno da imigração japonesa no Brasil como prova da tolerância e do convívio próspero do país com diferentes culturas. No entendimento do presidente, Brasil e Japão compunham a superação do distanciamento entre Ocidente e Oriente, representando um caso de cooperação tolerante às diferenças culturais e objetivo no alcance de interesses mútuos (RPEB, 1976, p.10-11). Tal argumento era reforçado na crença de Geisel de que a segurança tornava-se condição essencial para o desenvolvimento, e de que o progresso de ambos os países estivesse ensejado na defesa da paz e do engajamento multilateral e na busca pela cooperação internacional, reconhecendo que o Japão seria um grande aliado à aplicação desta doutrina (RPEB, 1976, p.20).

Indo de encontro à ideia de Geisel, os diálogos com Tanaka evidenciaram uma afinidade política entre os dois Estados sobre questões internacionais presentes na década de 70. Principalmente no que tangia às esferas da Ásia e da América do Sul, houve o reconhecimento mútuo da importância das duas nações como atores importantes em seus âmbitos regionais e no cenário internacional, o que justificaria uma cooperação política nipo-brasileira pela responsabilidade de ambos os países com a criação de uma base de diálogo aberto, construtivo e solidário no âmbito multilateral. Reafirmando a dedicação dos governos com a causa da paz, Geisel e Tanaka ficaram satisfeitos, também, ao constatar a visão comum de que a paz e o bem-estar do povo constituíam-se como objetivos finais do crescimento econômico, ressaltando também a necessidade de maior diálogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como a cooperação de ambos para a defesa de seus interesses em fóruns multilaterais e organizações internacionais (RPEB, 1976, p.24).

Coube a Geisel, também, durante a viagem, defender a imagem do Brasil, em pleno contexto do milagre econômico, como país atrativo aos investimentos nipônicos. Em reunião com a Keidanren (Federação das Organizações Empresariais do Japão), o presidente constatou que a experiência brasileira de superação das crises seguiu um processo racional de afinidade dos

setores públicos e privados e de vasta busca por cooperação no plano internacional. Destacando o Japão como um parceiro comercial acima de vários países industrializados, o presidente brasileiro reforçou que a potencialidade da cooperação bilateral estava longe de ser esgotada, fazendo-se necessários maiores entendimentos na cooperação técnica e comercial (RPEB, 1976, p.17-18). De modo a atrair o interesse japonês e ampliar perspectivas de cooperação, Geisel concordou, em comunicado conjunto assinado por ambos os países, que seriam ampliadas as exportações de minério de ferro e celulose ao Japão, ao passo que os brasileiros receberiam capitais para a construção da usina siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo e para o projeto da usina de alumínio no Pará, a ALBRÁS (RPEB, 1976, p.6).

Os resultados também foram profícuos no que consta à perspectiva de longo-prazo das relações nipo-brasileiras. O Estado japonês comprometeu-se a expandir investimentos relacionados ao Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil, diante da visita sem precedentes do chefe de Estado brasileiro, buscando desenvolver, também, estudos conjuntos que criassem um ambiente conducente à maior promoção de tal cooperação. Os projetos abordados incluíam, principalmente, a construção de usinas siderúrgicas, metalúrgicas, campos de extração de alumínio e ferro, e, ao mesmo tempo, projetos de desenvolvimento agrícola, tendo em vista a grande importância das exportações, para o Japão, de produtos brasileiros do setor. Além disso, o Brasil seguiria defendendo a posição de que os créditos japoneses providos pelos programas de investimento garantiriam a aquisição de bens de capital para o desenvolvimento da indústria brasileira (RPEB, 1976).

No texto, no entanto, permanece a perspectiva de que a ampliação da pauta de exportações brasileiras no Japão não seria o objetivo primário das relações comerciais, mas sim a harmonização da interdependência econômica entre os países, inferindo que o padrão comercial seria mantido (RPEB, 1976, p.25). Contudo, esta relutância não expressa dos japoneses em ampliar a pauta de produtos brasileiros, em especial os manufaturados, determinava compensações ao Estado brasileiro no plano da cooperação técnica. De acordo com o comunicado conjunto, Tanaka e Geisel concordaram em fomentar tal cooperação e assinalaram que as conversações ocorriam proficuamente e determinariam uma nova era nas relações amigáveis entre os países, sem, no entanto, estabelecer sobre quais princípios se baseariam o intercâmbio técnico e científico (RPEB, 1976, p.26).

As relações nipo-brasileiras dariam outra mostra de fortalecimento em 1978, quando o Príncipe Herdeiro Akihito visitou São Paulo para a comemoração dos 70 anos da imigração japonesa no Brasil. Assim como Akihito, Geisel reafirmou a “extraordinária confiança no futuro e firme determinação de construí-lo” apresentada por ambos os países (RPEB, 1978, p.33-34). Durante as comemorações, o presidente brasileiro fez questão de reafirmar a importância que os japoneses tiveram para o aprimoramento técnico das atividades agrícolas, demonstrando que o Brasil constituía-se como um país “aberto às contribuições estrangeiras”, de mobilidade social sem entraves e sem preconceitos, o que permitiu um diálogo de confiança mútua entre os países ao longo dos anos. Esta proximidade e tratamento de respeito presenciado nas relações entre os países era a base que o presidente desejava reforçar e explorar, conforme seu discurso, para uma “ampla gama de opções para continua cooperação bilateral em múltiplas áreas, em bases mutuamente equitativas e desejáveis” (RPEB, 1978, p.35-36). O entusiasmo era tal que Geisel chegou a afirmar, em mensagem enviada ao Congresso Nacional, que as relações entre Brasil e Japão eram “tão intensas quanto as que mantemos com as principais nações do Ocidente” (RPEB, 1978, p.40).

Antônio Azeredo da Silveira, na época Ministro das Relações Exteriores, em discurso à Câmara de Deputados em 1978, reafirmou o que Geisel apontara: as relações entre Brasil e Japão utilizaram como base o respeito dado aos imigrantes japoneses e a facilidade com que estes se adaptaram à realidade do país. Para Silveira, apesar da distância, Brasil e Japão constituíam-se como países pertencentes a uma mesma comunidade, preservando um patrimônio de natureza ética e humana, e não somente de laços econômicos e comerciais. Essa noção de proximidade cultural, permitindo a construção deste patrimônio comum, permitiu, nas palavras do Ministro, que as relações avançassem, naturalmente, para uma perspectiva de longo prazo, com a sucessão de investimentos nipônicos na economia brasileira e com a concretização dos projetos propostos por Geisel em sua visita de 1976. A evolução nas relações e o sucesso dos projetos, de acordo com o ministro, se dariam justamente pela fundamentação da cooperação em um caráter de genuíno respeito de um país pelo outro, fazendo com que o diálogo entre Brasília e Tóquio estivesse sempre desprovido de conflitos e de temores (RPEB, 1978, p.40).

3.2. As relações bilaterais Brasil e Japão nos anos 1980 e a virada da década de 1990

Apesar da natureza complementar das relações econômicas entre Brasil e Japão estar dando os frutos esperados por ambos os países, a nova conjuntura exposta na crise dos anos 1980 acabou por realizar um esfriamento nos laços comerciais e cooperativos entre ambos os Estados. A começar pelo Brasil, nas palavras de Doratioto, “A condução da política externa brasileira, nos anos 1980, se tornou mais complexa e teve sua margem de manobra reduzida devido à vulnerabilidade financeira e questões comerciais que o País teve que enfrentar” (DORATIOTO, 2006, p.58). Nunes aponta que, junto à crise do petróleo e à iminente mudança de regulação da economia, pautada no neoliberalismo, a crise nacional, envolvendo os fatores do desemprego, da dívida externa e da inflação, comprometeram a imagem do Brasil aos investidores externos, especialmente o Japão (NUNES, 2006, p.95).

Em relação ao Japão, Schwartz (1991) delinea uma mudança estratégica na política de investimentos externos nipônicos. O autor denota um contexto de mudanças econômicas estruturais, que envolvem a queda mundial dos preços das matérias-primas, a eliminação dos cenários de escassez dos recursos naturais e a reestruturação das empresas multinacionais, que se tornaram menos dependentes dos investimentos em redes de distribuição, como os que estavam sendo realizados no Brasil. A abertura comercial das economias asiáticas, especialmente no sudeste do continente, passaram a canalizar a maior parte dos investimentos japoneses e da instalação de bases produtivas de empresas multinacionais nipônicas, por conta dos baixos custos de produção oferecidos pelos países, especialmente no que tange aos salários. Já na América Latina, o país mais beneficiado pelos investimentos japoneses passou a ser o Panamá, pelas facilidades oferecidas na internacionalização dos bancos nipônicos e no abrigo às frotas mercantes do país (SCHWARTZ, 1991, p.23-24).

Ao mesmo tempo, Nunes (2006) argumenta que o redirecionamento dos investimentos japoneses não se deu apenas pelo fato de mudança nas relações de custos de produção, mais favoráveis no sudeste asiático, como também arcaram com um relacionamento de maior dependência com os Estados Unidos. De acordo com o autor, o capital japonês excedente será destinado aos EUA, por conta da crise americana envolvendo o aumento da taxa de juros, a supervalorização do dólar e o déficit comercial e pelo fato de que tal cenário seria prejudicial à

economia japonesa, tendo em vista que as reservas do país eram compostas por dólares (NUNES, 2006, p.95). Schwartz complementa este quadro apontando que todos os investimentos relativos à compra de propriedades, metade dos investimentos relativos a manufatura e um terço dos investimentos financeiros japoneses foram todos direcionados aos Estados Unidos (SCHWARTZ, 1991, p.23).

Ao Japão, portanto, interessava a realização de uma política de internacionalização de sua produção com custos reduzidos e sob o mesmo conceito de segurança e estabilidade adotados na década de 70. O cenário de crise nos Estados Unidos, no entanto, deixou o país alerta ao estabelecimento do capitalismo financeiro, na década de 80 (SOUSA, 2007, p.12), conjuntura que afirmou o Japão como principal aliado econômico e suporte financeiro do Estado norte-americano (NUNES, 2006, p.95). Enquanto a nova conjuntura diminuía a importância do Brasil para o Japão como fornecedor de matérias-primas, a ascensão dos NICs do sudeste asiático (Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan) canalizaram a atenção das multinacionais japonesas na constituição das bases produtivas e da internacionalização econômica japonesa. Em adição, houve, segundo Schwartz (1991), uma dupla desigualdade no comércio entre ambos os países: uma desigualdade quantitativa, tendo em vista que, em 1989, o mercado brasileiro representava-se como menos de 1% da pauta de importações do Japão, enquanto que a proporção dos produtos japoneses na pauta brasileira era de 8%; e uma desigualdade qualitativa, permanecendo o cenário de complementação comercial, com o Brasil fornecendo minérios, metais e alimentos e o Japão vendendo bens de alto valor agregado (SCHWARTZ, 1991, p.23)

No início da década de 1980, o Brasil ainda mantinha diálogos e expressava, junto com o Japão, o desejo de ampliar os horizontes comerciais e de cooperação entre os países. Os discursos registrados nas Resenhas de Política Externa acusam a utilização recorrente dos laços étnicos e culturais que unem os dois países, através da imigração e da participação do contingente populacional nipônico nas atividades econômicas e políticas brasileiras. No entanto, notava-se, em 1981, que o discurso japonês era mais contido do que o brasileiro. Na visita do ministro do comércio e da indústria do Japão, Rokusuke Tanaka, em 1981, o discurso brasileiro demonstrava a busca por ganhos comerciais através da divulgação de seus produtos manufaturados e da ampliação da cooperação tecnológica. Ao mesmo tempo em que louvava os projetos da ALBRÁS/ALUNORTE, de capital japonês, o governo buscava, também, ampliar a atração de investimentos ao Projeto Carajás. Além disso, mesmo com a criação de programas de cooperação

tecnológica, tanto no âmbito privado quanto governamental, que fortaleceram a relação bilateral nos anos 1970, o discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro demonstrava a esperança de que esta cooperação “pudesse contar com o apoio governamental adequado, em bases jurídicas e institucionais” (RPEB, 1981, p.62).

Para o ministro, o Governo brasileiro considerava tal ampliação como um passo importante para o aperfeiçoamento das relações bilaterais, visto que “corresponderia a uma demonstração concreta, por parte do Japão, de que participa do interesse em criarmos as bases de uma cooperação mais ampla em setor onde são promissoras as potencialidades de intercâmbio mutuamente proveitoso” (p.62). Guerreiro demonstra, ainda, que, no plano comercial, a expansão de exportações de produtos manufaturados, acabou ocupando a maior parte da pauta de exportação brasileira, e havia, por parte do Governo, um interesse em alcançar uma participação mais significativa do mercado importador japonês.

Ainda em 1981, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sanao Sonoda, visitou o Itamaraty após a reunião de chanceleres em Cancun. Guerreiro demonstrou, novamente, o interesse na ampliação dos entendimentos da cooperação tecnológica e científica entre os países, objetivando entendimentos mais definidos e a um quadro formal propiciatório. Novo argumento foi levantado como fator de semelhança e aproximação política entre os países: a defesa do multilateralismo e do interesse pela paz. Sonoda reiterou, satisfatoriamente, que a Conferência Internacional de Cancun trouxe aos olhos do Japão a visão de que o país ascendeu de posição no campo internacional. Apontou também, que as relações bilaterais ainda reservavam muito espaço para cooperações nos campos de desenvolvimento, cultura e tecnologia, e que a busca da prosperidade e estabilidade, princípios da política externa do Japão, na palavra do chanceler, seria buscada entre os dois países, baseado “nas relações fortes e profundas” (RPEB, 1981, p.68).

Se no discurso as autoridades japonesas demonstravam mais intenções do que uma metodologia de ação, nos comunicados conjuntos a situação se procedera de maneira diferente. Nos diálogos entre Sonoda e Guerreiro prevaleceu a discussão do cenário internacional em questão do interesse conjunto pela paz e prosperidade e, também, em questão da compreensão mútua do papel de cada país na atuação internacional, baseando-se no dilema norte-sul. Enquanto o Japão apresentava-se como defensor de maior diálogo no âmbito Norte-Sul (baseado no interesse mútuo e nas relações de interdependência entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento), o Brasil demonstrava ao Estado japonês sua atuação no eixo Sul-Sul,

destacando seu papel de promotor de diálogo com os países vizinhos latino-americanos e os africanos.

No que consta à cooperação tecnológica, Sonoda e Guerreiro trocaram opiniões sobre as medidas a adotar para o objetivo de promover e ampliar este intercâmbio, sem, no entanto, demonstrar quais foram tais opiniões e se a discussão apresentou divergências fundamentais. Já em relação ao comércio bilateral, o texto demonstra que os ministros expressavam a importância que atribuem ao desenvolvimento contínuo das relações econômicas entre os dois países, tanto por meio da expansão e diversificação do comércio bilateral, em termos equilibrados, como da cooperação em projetos binacionais de larga escala. Tal comunicado representaria, ao contrário dos esparsos argumentos do Japão em prol da cooperação tecnológica entre os países, um argumento consistente que comprovaria o interesse japonês pela ampliação de seu papel no mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que realizaria concessões para a compra de produtos manufaturados (RPEB, 1981, p.70).

De fato, como comprovado por Uehara (1999), há uma ampliação relativa da exportação de produtos industrializados ao Japão sobre o total de produtos brasileiros exportados ao país. A participação de produtos manufaturados e semi-manufaturados na pauta de exportações brasileiras ao Japão saltou de 13,5% em 1975 para 34,3% em 1980. O Brasil também conseguiu manter uma média de 1,4% na pauta de importações japonesa, enquanto a participação dos produtos japoneses no Brasil decresceu. De acordo com o autor, mesmo apresentando um relativo crescimento relativo da participação das manufaturas no país, o volume comercial entre os países era ínfimo, se comparado com as relações comerciais do Japão e os NICs (Cingapura, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong) e com os Estados Unidos. Uehara deve tal causa à falta de iniciativas concretas de ambos os lados, mas especialmente do Brasil, por não ter realizado atitudes afirmativas para acompanhar o crescimento econômico japonês ao longo da década de 1980 (Uehara, 1999).

Em adição às dificuldades no âmbito comercial, ficaram claras, em 1982, durante a visita do Primeiro Ministro Zenzo Suzuki ao Itamaraty, as questões pendentes nas relações bilaterais. Figueiredo voltou a assinalar a necessidade da cooperação tecnológica chegar a “entendimentos mais definidos e a um quadro institucional propício” (RPEB, 1982, p. 27) e, também, reafirmou a necessidade, no plano comercial, de incrementar e diversificar as trocas, levando em conta a evolução da economia dos dois países. O presidente brasileiro mencionou também a maior

necessidade de liberalização do mercado japonês, demanda justificada pelo difícil acesso de produtos industrializados brasileiros na economia nipônica. No entendimento de Figueiredo, ainda que a relação nipo-brasileira apresentava-se marcadamente como econômica, era necessário que os países encontrassem motivações reais para ampliar o entendimento de ambos no plano político internacional (RPEB, 1982, p.28). Fazendo menção à defesa da paz Figueiredo destacou a posição brasileira e japonesa em favor desse princípio e, colocando o Brasil como uma nação que busca o diálogo Norte-Sul. Destacando a importância da participação do Japão nesta iniciativa, o presidente do Brasil assinalou que não haveria hierarquia entre os objetivos da paz e do desenvolvimento, estando a posição econômica e política japonesa em ponto fundamental para a contribuição às soluções dos problemas mundiais.

As perspectivas pareceram muito otimistas. Por meio de um comunicado conjunto, o Itamaraty apresentou que a reunião entre Figueiredo e Suzuki resultou em diversos entendimentos no plano político e econômico. Ao que consta ao primeiro plano, ambos os governantes sinalizaram o entendimento da questão da paz mundial reiteraram o cumprimento dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, apoiando o papel da Organização nas questões de segurança internacional. Ambos manifestaram a preocupação com questões relativas ao desarmamento e a preocupação com a corrida armamentista no âmbito da Guerra Fria, reforçando a necessidade de participação de ambas as nações no contexto multilateral para a busca da solução desses problemas. Além disso, assinalaram que, nas relações bilaterais, a troca de consultas sobre assuntos de política e economia internacional, em sessões consultivas interministeriais dos países, trouxe maior afinidade às relações, na medida em que permitiu o entendimento mútuo das posições entre Brasil e Japão (RPEB, 1982, p.29-30).

Já em relação à cooperação econômica e técnica, Figueiredo e Suzuki demonstraram satisfação ao constatarem que os investimentos japoneses na ALBRÁS, na Usiminas e na Usina Siderúrgica de Tubarão traria maior confiança mútua entre os países. Além disso, Figueiredo fez questão de observar a importância dos investimentos japoneses para o desenvolvimento da agricultura na região do cerrado, ao que Suzuki prometeu ainda mais investimentos para a produtividade crescente da atividade. Denotando o Brasil como maior receptor de investimento externo do Japão, Suzuki apontou também a expansão de investimentos em outros projetos estratégicos da economia brasileira, em especial a concessão de 500 milhões de dólares ao Projeto Carajás (RPEB, 1982). No plano da cooperação técnica e comercial, os países pareceram

satisfeitos com a evolução dos projetos, sendo eles, em sua maioria, a transferência de insumos tecnológicos japoneses às instituições brasileiras e a rejeição ao protecionismo econômico, o que não evitou Figueiredo de solicitar maiores esforços no campo de ciências e tecnologia e de maior participação brasileira no mercado econômico japonês. Suzuki respondeu positivamente, apontando a pronta disposição do governo japonês em dar prosseguimento às negociações, com vistas aos interesses brasileiros (RPEB, 1982, p.31).

Em 1982, o Japão aparentava ser uma parceria consistente e de muitas potencialidades ao projeto universalista brasileiro. Os investimentos da JICA no Brasil continuavam em alta e produzindo, segundo Figueiredo, bons resultados à economia brasileira. Em 1981, uma troca de notas entre os dois países resultou em um acordo para projetos de melhoramento portuários na Praia Mole e na Vila do Conde. O governo japonês cedeu 22 bilhões de ienes à Portobrás para custear pagamentos a fornecedores, contratados e consultores que a empresa fosse acionar no exterior. Seguindo os procedimentos adotados pela JICA, os países que poderiam ser acionados não deveriam ser outros que não países em desenvolvimento determinados pré-estabelecidos no acordo (RPEB, 1982, p.62), o que demonstrou, no período, um maior engajamento por parte do Japão, no tratamento da questão do desenvolvimento no âmbito da cooperação Norte-Sul.

Novo fôlego foi dado às relações quando Figueiredo visitou o Japão em 1984, encontrando-se com o primeiro ministro Yasuhiro Nakasone e com o Keidanren em maio de 1984. Na ocasião, o ministro das relações exteriores do Brasil, Saraiva Guerreiro, destacou, em entrevista à Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que a visita teria como principal objetivo firmar o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, sucessor do acordo básico firmado em 1970, e que seria o primeiro acordo de cooperação técnica do Japão com um país em desenvolvimento fora do sudeste asiático (RPEB, 1984, p.64). Segundo Saraiva Guerreiro, o projeto foi alvo de sucessivas tentativas de ser firmado por parte do Brasil, mas estacou sempre em questões de ordem interna jurisdicional dos ministérios japoneses, a qual estaria hesitando em promover um acordo desta natureza com um país em desenvolvimento. O ministro admitiu que a conjuntura da crise não permitia a realização de grandes projetos, no entanto, como o Brasil possuía um tipo de relação densa e permanente com o Japão, a visita cumpriria o propósito de reafirmar o interesse do Estado brasileiro em desenvolver os laços com seu parceiro desenvolvido. Mesmo com as dificuldades conjunturais, Guerreiro estava otimista, também,

quanto a aquisição de novos financiamentos e empréstimos, com vistas, especialmente, à expansão do PRODECER.

Durante a visita de Figueiredo, Nakasone deixou clara a pretensão japonesa de expandir os laços de cooperação entre os países por meio de novos segmentos bilaterais. Exaltando os projetos já desenvolvidos na área econômica, o primeiro ministro japonês desejou ampliar o intercâmbio de estudantes e de empresários entre os países de maneira e se ofereceu a visitar o Brasil no futuro. Além disso, demonstrou satisfação ao observar os interesses de Figueiredo em expandir relações com a Ásia e o Pacífico, e citou a criação do Porto Asiático, o qual seria destinado à ampliação do comércio naval, aumentando a capacidade de transporte de matérias-primas e alimentos da América Latina para a Ásia, e que, segundo Nakasone, traria grandes perspectivas de desenvolvimento no século XXI. Já Figueiredo, demonstrando interesse na crescente atuação do Japão no cenário internacional, saudou a disposição do governo japonês no tratamento da questão do desenvolvimento no âmbito de parcerias norte-sul, especialmente no que se refere à posição contrária do Japão ao protecionismo, o qual seria um dos principais responsáveis pelo problema da dívida externa. O presidente reafirmou a importância que teve, ao longo dos últimos dez anos, da atuação dos setores público e privado japoneses na cooperação com as empresas brasileiras e com os projetos de desenvolvimento a nível estatal e, admitindo tais projetos como plenamente amadurecidos e que tomaram dinâmica própria, reiterou interesse em expandir os laços de cooperação política, de maneira a buscar apoio mútuo em pleno contexto de crise econômica (RPEB, 1984, p.26).

Em comunicado conjunto de imprensa, por conta da visita, há indícios, em primeiro lugar, de um fortalecimento das relações políticas no âmbito bilateral. Mais uma vez, o encontro deixou clara a aproximação de opiniões políticas com respeito às questões da paz e desenvolvimento. Tanto Figueiredo quanto Nakasone demonstraram preocupação com o contexto conflituoso na América Central, elogiaram a atuação da Organização das Nações Unidas na garantia da paz e segurança internacionais, demonstraram interesse em expandir a cooperação política entre os países neste fórum, e manifestaram preocupação com a corrida armamentista e a interrupção dos acordos de desarmamento nuclear por parte dos Estados Unidos e União Soviética. Além disso, citando o contexto da crise econômica, defenderam a atuação ampliada de ambos no GATT em combate ao protecionismo e a favor de um programa de trabalho que criasse um sistema de comércio aberto e multilateral (RPEB, 1984, p.33).

No âmbito econômico, o projeto do Porto Asiático foi visto com interesse por ambos os governos, já que possibilitaria uma redução significativa dos custos de transporte no comércio de grande distância entre América Latina e Ásia. Além disso, o governo brasileiro enalteceu o sucesso do PRODECER e discutiu a expansão dos projetos na área agrícola com um programa de expansão nomeado PRODECER II. Apoiando o projeto, Nakasone declarou o interesse de realizar um investimento total de 70 bilhões de ienes, com a concessão de 27,9 bilhões por parte do governo japonês, para uma área de 150 mil hectares, contanto que os bancos privados japoneses pudessem financiar parte do investimento, o que foi aceito por Figueiredo. Além disso, o Japão proveu créditos de exportação ao Brasil na ordem de 100 milhões de dólares norte-americanos e 12 bilhões de ienes ao PROFIR, programa brasileiro de irrigação. Nakasone ressaltou que o total de empréstimos e financiamentos feitos ao Brasil representaria uma quantia de 700 milhões de dólares americanos, quantia sem precedentes nas negociações feitas entre Brasil e Japão (RPEB, 1984, p.35). No entanto, nota-se que, na ocasião, não foram negociados investimentos nos setores industrial e de infra-estrutura do Brasil, em contraposição aos diálogos anteriores.

No âmbito da cooperação técnica, o otimismo demonstrava-se bastante presente. Denotando progresso contínuo na área, Figueiredo e Nakasone assinaram o Acordo de Cooperação Técnica, prevendo um crescimento sustentável de longo-prazo nas iniciativas bilaterais de ampliação de programas de desenvolvimento e transferência tecnológica. Interessados com o progresso do programa brasileiro de aproveitamento do álcool como combustível, os japoneses convidaram o governo do Brasil para a participação na exposição internacional de Tsukuba, em 1985 e sinalizaram a importância da ampliação dos simpósios científicos e intercâmbios promovidos por ambos os governos (RPEB, 1984, p.35). Na prática, o tão esperado acordo manteve-se assinado, porém congelado até 1991, quando, no governo Collor, ele foi finalmente ratificado por ambos os países e entrou em vigor.

Após a visita de Figueiredo ao Japão, houve uma paralisia nos diálogos nipo-brasileiros a nível diplomático-governamental. Nakasone não realizou visita ao Brasil, como antes havia acertado com o presidente brasileiro, enquanto que a próxima visita de um chefe de Estado brasileiro ao Japão seria realizada apenas em 1989, por José Sarney, em face do funeral do Imperador Hirohito. No mesmo ano, o ministro das relações exteriores Abreu Sodré, na despedida do embaixador japonês de Brasília, deu mostras do arrefecimento das relações ao

sinalizar que os reinvestimentos japoneses no Brasil tratavam-se de montante reduzido em face das expectativas brasileiras e das disponibilidades financeiras do Japão (RPEB, 1989a, p.52). Durante a ocasião do funeral, Sarney salientou a necessidade de recuperação dos esforços de cooperação bilateral e obteve respostas positivas quando, no mesmo ano, a *Overseas Economic Cooperation Fund* do Japão financiou 490 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento no Brasil (RPEB, 1989b), que, segundo Uehara (1999), envolveriam desde a modernização de portos e rodovias, a projetos industriais no setor siderúrgico e energético, o que sinalizou uma recuperação da parceria econômica que fugiu do caráter de cooperação agrícola às quais foram submetidas as negociações de 1984.

De fato, Nukui e Miranda (2004) apontam que, durante a década de 1980 e até mesmo na virada da década de 1990, persistiu a baixa participação do mercado brasileiro na pauta de importações japonesas, principalmente pela insistência do interesse japonês na compra de commodities minerais e agrícolas, o que, por sua vez, acaba submetendo uma parcela das relações comerciais entre os países às oscilações dos preços internacionais. Em adição, os autores apontam que o protecionismo japonês ao seu mercado demonstrou-se acentuado após a crise econômica sofrida pelo país em 1990, apesar do discurso contrário à sua prática, sendo aplicadas tarifas maiores sobre laticínios, produtos comestíveis, produtos da indústria de moagem, preparações de cereais, peles e couros, seda e calçados. Desse modo, o Japão evitou a compra de commodities mais valorizadas no mercado, bem como a importação de produtos brasileiros de maior valor agregado (NUKUI E MIRANDA, 2004, p.13). Outro fator digno de nota é de que a busca do Brasil por maior inserção no mercado asiático teve como obstáculo a extensiva participação do Japão no comércio asiático, o que os tornou rivais no comércio da região (GUIMARÃES, 1999).

Ainda no plano econômico, Nunes (2006) aponta que há um esforço a partir de 1990, por parte do Brasil, de recuperar a confiança dos investidores externos, por meio da adoção de medidas relativas ao controle da inflação e à estabilidade, pelo crescimento industrial. Graças ao Plano Real, foi realizado, de acordo com o autor, um amplo processo de “‘enxugamento’ da máquina pública”. A isso, seguiu-se a ampla privatização de empresas estatais, que causaram, efetivamente, o efeito desejado de atrair os investimentos externos. No entanto, o autor aponta que a participação japonesa foi muito pequena, se comparada com outros países desenvolvidos.

Este quadro inicial desfavorável às relações econômicas e comerciais brasileiro-japonesas não alcançou, no entanto, todos os setores da economia. Assim como apontado por Schwartz (1991), Nunes indica que os principais investimentos nipônicos na economia brasileira foram voltados, especialmente na virada da década de 1990, à indústria automotiva. A estratégia japonesa, de acordo com o autor, consistia em utilizar o Brasil como ponto primário para a sua inserção nos mercados do Mercosul (NUNES, 2006, p.98). Por sua vez, o Estado brasileiro se beneficiou da iniciativa para a diversificação industrial de seu território, atingindo as regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná. De acordo com Nunes, os investimentos tornaram possível o fato de que estados sem tradição na produção de veículos automotores fossem beneficiados com ganhos de emprego, muito embora não se possa ainda determinar o quão importantes foram os investimentos japoneses para o interesse estratégico do Estado de ampliar o fluxo migratório dentro do território brasileiro (NUNES, 2006, p.99).

Em adição, a análise de Pereira (1996) aponta que o Brasil foi um importante receptor de ajuda externa japonesa no começo dos anos 1990, como consequência da volta da recuperação dos investimentos japoneses no Brasil a partir da liberalização econômica do governo Collor e com a posterior aplicação do Plano Real. Com o objetivo de acentuar os laços de amizade entre ambos os países e usar a economia como instrumento pela cooperação política internacional, o Japão realizou aplicações no Brasil através de seu Eximbank e da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), programa que provê fundos para que as nações alvo realizem a auto-superação dos problemas do subdesenvolvimento (PEREIRA, 1996, p.108). Entre as principais áreas atingidas pelos fundos, Pereira aponta a Infra-estrutura sócio-econômica, a agricultura, a indústria, o treinamento profissional e a saúde pública. O argumento dos autores é de que ao Estado japonês interessa o mantimento de relações amistosas com países em desenvolvimento que sejam ricos em recursos naturais, dada a sua dependência econômica crescente, que voltou a se acentuar na década de 1990. A exemplo da dependência energética, Nukui e Miranda (2004) ilustram o fato apontando que investimentos japoneses foram realizados por meio de *joint-ventures* para o programa de desenvolvimento do álcool como fonte alternativa de energia.

Oliveira e Masiero (2005) indicam, ainda, que essa nova caracterização da política externa brasileira foi vista com bons olhos pelo governo japonês, ao citarem o embaixador do Japão no Brasil, Katsunari Suzuki:

“Para o Brasil tornar-se, futuramente, um verdadeiro global player, acho imprescindível incorporar a Ásia dentro de sua esfera de atuação. (...) Sendo assim, o Brasil e o Japão poderão fazer juntos muitas coisas, no sentido de os dois países se unirem para estabelecer o elo entre a América do Sul e a Ásia. E, numa perspectiva em longo prazo, o fato de o Brasil fortalecer sua relação com a Ásia e assim tornar-se um país com um relacionamento equilibrado com os Estados Unidos, Europa e Ásia, poderá ser de interesse do próprio Japão” (OLIVEIRA; MASIERO, 2005, p.16-17).

A parceria política estendeu-se ao interesse comum dos países em conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS). Cabral (2000), indica que no discurso de ambos os países, há claras convergências no que tange às suas inclusões como membros permanentes, além da ampliação de cadeiras não-permanentes, visando, principalmente, a maior participação dos grandes países em desenvolvimento nas questões de segurança internacional. O estabelecimento do G-4 (representado por ambos os países em adição a Alemanha e Índia) buscou a ampliação dessas convergências por meio de defesa mútua nos foros multilaterais, no entanto, como indica Oliveira (2005), a relação de apoio entre Brasil e Japão se deu por meio de um reconhecimento bilateral de que ambos os países reuniam as condições necessárias para ocupar assentos permanentes no Conselho. Cabral (2000) reforça tal argumento ao indicar que, mesmo apresentando posições semelhantes no que tange à política externa e à agenda internacional pela paz e o desenvolvimento, haveria uma lacuna ainda a ser preenchida pelos dois Estados no que tange à cooperação pela conquista do assento.

Oliveira (2005) argumenta ainda que a participação do Japão no G-4 comprometeu as candidaturas de Brasil, Índia e Alemanha, por conta da negativa da China em aceitar o Estado nipônico como membro permanente do Conselho. Em contraposição ao argumento de Cabral (2000) de que o discurso japonês de paz e estabilidade para o século XXI e as propostas de diálogo, cooperação e amizade com o Estado chinês, o autor denota que a posição conflituosa não foi amenizada, mantendo-se a posição chinesa de não dar apoio às iniciativas do Japão até que este assumisse responsabilidade pelos atos hostis ao continente asiático, cometidos na Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2005, p.144). Em adição, o autor demonstra que o apoio explícito dos Estados Unidos ao Japão não é estendido aos demais membros do G-4, tanto pela oposição à Alemanha quanto pelo receio de que a aceitação de Brasil e Índia desencadearia um processo de candidaturas massivo por parte de outros países em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005).

Outro fator de destaque nas relações entre Brasil e Japão na virada da década de 1990 foi o fenômeno *dekassegui*, originado de meados da década de 1980, que marcou a inversão do fluxo

migratório. Com a crise econômica brasileira na década perdida e a alta demanda por mão-de-obra por parte da economia japonesa, foi constituída um movimento migratório de nipo-brasileiros ao Japão, em busca de oportunidades de emprego (OLIVEIRA; MASIERO, 2005). Estimados em 2005 em torno de 250 mil pessoas, os *dekasseguis* já chamavam a atenção de pesquisadores no começo da década de 1990 por conta do montante de renda que eles transferiam às suas famílias no Brasil (estimativas apontadas por Schwartz como sendo de um bilhão de dólares por ano em 1991) e do potencial dos trabalhadores relativo à absorção de conhecimento técnico e humano no Japão (SCHWARTZ, 1991).

Em seu artigo, Schwartz aponta que o fenômeno *dekassegui* seria o “ovo de Colombo” para a intensificação das relações entre Brasil e Japão, por conta do interesse crescente do governo japonês em garantir um fluxo contínuo e qualificado de imigrantes. Ao mesmo tempo, o Brasil, ao aplicar uma eventual micropolítica industrial e financeira em torno do fenômeno, capacitando a mão-de-obra imigrante para, em troca, obter a longo-prazo técnicos com experiência de trabalho e incentivar o fluxo de divisas para dentro do país (SCHWARTZ, 1991, p.25). Na prática, Saito (2003) aponta que, muito embora a não realização das metas econômicas seja o principal argumento dos imigrantes para o retorno ao Brasil, os *dekasseguis* se inserem nos mais diversos ramos da economia japonesa, se adaptando ao modelo de organização e absorvendo experiência de trabalho, o que, por sua vez, lhes incentiva a ascender educacionalmente para sua reinserção na economia brasileira em empregos de maior especialização e remuneração.

4. CONCLUSÃO

Através da análise realizada neste trabalho, buscou-se estabelecer quais seriam os pontos principais que provocaram a oscilação na atividade diplomática nipo-brasileira, de uma relação profícua no âmbito do comércio, da cooperação técnica e de grandes potencialidades de cooperação política em 1970, para um arrefecimento em 1980 e lenta recuperação em 1990. Para tanto, utilizou-se dos marcos teóricos de Putnam (1988) e Hermann (1990), de modo a analisar as mudanças na política externa dos países e a dinâmica dos condicionamentos externos e dos agentes internos em sua elaboração ao longo do período englobado pela pesquisa, para, em um segundo momento, encontrar causas dentro dos contextos da política externa de ambos os países que implicariam na oscilação da atividade diplomática bilateral.

A primeira causa concerne ao perfil diplomático japonês ao longo do período estudado, em que o país realizou uma clara adoção de uma agenda bilateral com os Estados Unidos e de um baixo perfil nas questões internacionais que limitou sua capacidade de exercer liderança em iniciativas políticas. O que prevaleceu foi a opção japonesa por diversificação das parcerias econômicas e comerciais, que pudessem dar sustento à prosperidade econômica, buscada pela Doutrina Yoshida. Na década de 1970, com os efeitos da crise do petróleo, o Japão viu-se diante da necessidade de realizar mudanças de ajuste em sua política externa, de maneira a diversificar parcerias e buscar alternativas aos Estados Unidos para favorecer sua política econômica e comercial. Nos anos 1980, a recuperação da economia japonesa foi determinante para a mudança de estratégias da política econômica japonesa, dando-se maior ênfase à transferência de indústrias para os países asiáticos e, mesmo em um contexto de valorização do iene frente ao dólar, ao reforço do comércio bilateral entre Estados Unidos e Japão. Já na virada dos anos 1990, estabelecida uma nova crise econômica no Japão, a diversificação de parcerias econômicas voltou à pauta do Japão, sem, no entanto, reduzir o perfil bilateral das relações com os Estados Unidos.

O Brasil, de fato, foi alvo da política de prosperidade econômica por parte do Estado japonês. Na década de 1970, a aproximação do Brasil visou criar vínculos de cooperação econômica de modo a conquistar favorecimentos comerciais na importação de matérias primas e exportação de produtos manufaturados ao Estado brasileiro, estabelecendo a estratégia japonesa de complementaridade comercial. Para tanto, o Japão utilizou-se de sua capacidade econômica, realizando investimentos e projetos à economia brasileira, especialmente os de caráter agrícola e

extrativo de matérias-primas importantes à economia japonesa. Marcadamente nos diálogos diplomáticos, o Japão foi responsável por uma defesa de uma ampliação do comércio nipo-brasileiro e da cooperação econômica, tendo conhecimento de que o Brasil buscava investidores externos para perpetuar o alto crescimento econômico atingido com o milagre e de que interessava ao governo brasileiro a atração de créditos e investimentos japoneses. No entanto, há de se destacar que o Japão manteve-se relutante em diversificar a pauta comercial, em um contexto em que o Brasil buscava ampliar a exportação de manufaturados para desenvolver o setor industrial, e a dificuldade do Brasil em quebrar o protecionismo do mercado japonês arrefeceu a potencialidade que a relação tinha no âmbito comercial e econômico.

Já na década de 1980, fica demonstrado um claro retrocesso nos entendimentos do comércio bilateral e da cooperação econômica entre os países. Mesmo com o aumento das exportações de produtos manufaturados brasileiros ao Japão, o montante comercial entre os países decresceu. Em um primeiro momento, houve uma diversificação de investimentos nipônicos no Brasil, que englobaram novos projetos, como o da Serra de Carajás, e proporcionaram a continuidade de fornecimento de crédito a projetos já estabelecidos, como a ALBRÁS e a Usiminas. No entanto, na segunda metade dos anos 1980, o Japão executava sua estratégia de regionalização da economia, transferindo o setor produtivo para países asiáticos e fornecendo maiores créditos e ajuda externa a essas economias, enquanto que, no Brasil, a expansão de investimentos cessou. Essa interrupção coincide com um período de instabilidade econômica, resultante da crise da dívida externa e da perda do poder de barganha do Brasil frente às grandes potências, comprovada, por exemplo, pela atuação limitada do Brasil no GATT.

No contexto do início da década de 1990, as tentativas do Brasil em reconquistar a confiança externa e a execução da política de liberalização econômica voltou a tornar o país um alvo de investimentos do Estado japonês, especialmente porque a crise econômica japonesa, como previamente exposto, recolocou o Japão diante da necessidade garantir boas relações com países fornecedores de matérias-primas. Dessa maneira, recuperam-se os níveis de ajuda externa e a cooperação econômica nipo-brasileira atingiu um novo nível, ao expandir investimentos ao setor automotivo brasileiro e ao colocar o Brasil como um dos maiores receptores globais de ajuda externa da ODA.

Em outras palavras, o caráter comprovadamente econômico das relações nipo-brasileiras se deu pela oscilação de momentos econômicos diferentes entre os países. Ao Brasil, tanto nos

momentos de prosperidade quanto nos de crise, o Japão constituiu-se sempre como opção estratégica, reconhecendo-o como investidor de grande porte. Ao Japão, no entanto, a condução das relações com o Brasil dependeram altamente dos períodos de prosperidade econômica brasileira. No contexto da década de 1970, o milagre econômico brasileiro constituiu-se como chamariz para investimentos nipônicos, o que não se verificou na década de 1980, no contexto de crise econômica brasileira. Já na década de 1990, com as propostas de liberalização econômica por parte do Estado brasileiro e, mais tarde, com o lançamento do Plano Real, a cooperação econômica voltou a entrar na pauta de interesses do Japão.

Quanto ao caráter político da relação nipo-brasileira, há de se destacar que o baixo perfil bilateral desse âmbito se deu, em especial, pela condução da política externa japonesa. Como demonstrado nos discursos ao longo das décadas de 1970 e 1980, ao Brasil interessava atrair o Japão como parceiro político tendo em vista o reconhecimento de que o Estado japonês, como país desenvolvido, poderia constituir-se como uma ponte nos diálogos e entendimentos Norte-Sul nas instâncias multilaterais. Geisel e Figueiredo confiaram que, reforçando, em seus discursos, os laços culturais e étnicos entre os países, bem como exaltando as proximidades nas visões políticas dos governos de Brasil e Japão, haveria espaço para a formação de uma aliança sólida que traria proveitos não só econômicos e visando o desenvolvimento de ambas as nações, mas também a conquista de posições mais fortalecidas no cenário internacional, especialmente por meio do apoio mútuo em fóruns multilaterais.

Comprovadamente, os diálogos presentes nas Resenhas de Política Exterior do Brasil demonstram que, apesar dos discursos e da grande afinidade política entre Brasil e Japão, pouco se fez, na prática, para que ambos os países constituíssem uma aliança em instâncias multilaterais e em fóruns de debate relacionados à paz e ao desenvolvimento. No entanto, os acordos comerciais e as parcerias realizadas entre Brasil e Japão, especialmente a partir da entrada da JICA em 1976, permitiram que o país sul-americano sustentasse seu modelo econômico baseado na atração dos investimentos externos e permitiu a aquisição de projetos de grande importância estratégica, como o PRODECER e a ALBRÁS, o que, inevitavelmente, reforçou o caráter econômico da relação.

Ao Japão, no entanto, excetuando-se os discursos do primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone, houve uma hesitação do Japão em estabelecer aliança política com um parceiro que encontrava-se, segundo os agentes elaboradores de política externa, sob a esfera política de seu

maior aliado político, os Estados Unidos. Com isso, os diálogos diplomáticos entre os países demonstraram uma postura japonesa de afastamento das questões políticas, prevalecendo a construção de laços comerciais e econômicos. Essa vacilação do Japão em fortalecer laços políticos com o Brasil também encontra justificativas dentro da estrutura de poder na formulação da política externa japonesa. Nakasone buscou, durante seu período como primeiro-ministro, quebrar o preceito de submissão do Estado japonês à Doutrina Yoshida. Em seus diálogos com Figueiredo, fica clara a intenção de uma participação mais ativa por parte do Estado japonês em promover esforços para um aprimoramento da parceria, mantendo-se o comprometimento com o fornecimento de ajuda externa e de investimentos econômicos no Brasil, mas, também, movendo a pauta da cooperação bilateral sobre novos temas como a cooperação técnica-científica. Em particular nesta última área, Nakasone assinou junto com Figueiredo o Acordo de Cooperação Técnica, o que representou um avanço se comparado com a década de 1970, quando a cooperação técnica entre os dois países era apenas alvo de intenções. No entanto, esta iniciativa decisiva só entrou em vigência em 1991, comprovando que a década de 1980 foi um momento de arrefecimento nas relações bilaterais e de baixo perfil diplomático entre Brasil e Japão no que tange a cooperação política e econômica.

Contudo, a iniciativa de Nakasone em realizar uma ruptura com a Doutrina Yoshida não foi acompanhada do apoio tanto por parte da burocracia, quanto do próprio PLD. Na estrutura de formulação de política externa japonesa, prevaleceu, em especial na década de 1980, a manutenção de um alto perfil nas relações bilaterais com os Estados Unidos e uma atuação econômica mais presente na Ásia, diminuindo a atuação do Japão frente aos países em desenvolvimento e restringindo-a ao regionalismo, em especial na parceria com os países da ASEAN. Ainda assim, tais parcerias foram colocadas, assim como no Brasil, sob o âmbito comercial, mais do que sob o político, tendo em vista que o Japão não conseguia definir o seu papel internacional como líder e não era reconhecido como tal entre os países da ASEAN.

Ao contrário do Japão, interessava ao Brasil a conquista de uma posição de liderança no cenário internacional. A superação da crise da década de 1980 envolvia a conquista de novas parcerias e a construção de novas alianças. Embora o Brasil tenha demonstrado, com Figueiredo, uma postura de insistência na diversificação das relações bilaterais nipo-brasileiras, buscando ampliar a pauta comercial e reforçar o seu perfil político, o Estado brasileiro não podia esperar ou confiar demasiadamente nos entendimentos com o Japão e outros países desenvolvidos para

construir seu espaço de atuação no cenário internacional. Dessa maneira, diante das limitações sofridas pela política externa brasileira nos anos 1980, o Brasil buscou reforçar parcerias com países em desenvolvimento, em especial no âmbito regional, como forma de superar os desafios políticos e econômicos que se apresentavam. Portanto, na década de 1980, o que se observa é uma opção simultânea entre Brasil e Japão, ainda que por causas divergentes, ao regionalismo, o que inevitavelmente distanciou os países e arrefeceu as relações bilaterais.

Em contraposição, a década de 1990 representou um novo caminho para os entendimentos nipo-brasileiros. As mudanças no contexto internacional provocadas pelo fim da Guerra Fria trouxeram novas oportunidades entre os dois países no âmbito político, e não apenas na recuperação dos laços econômicos e comerciais. A incapacidade do Japão em definir seu papel internacional adquiriu uma lenta superação com a tentativa da conquista de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, pretensão que deu espaço aos diálogos com o Brasil, país que tinha objetivo semelhante, e que foi determinante para o estabelecimento do G-4. Além disso, a inversão do fluxo migratório, estabelecida com o fenômeno *dekassegui*, proporcionou novas potencialidades para os entendimentos bilaterais e para a cooperação política e econômica entre os dois países. Ao Brasil interessava a diversificação de parcerias para a construção de seu papel como país importante no âmbito sul-americano, realizando-se um retorno ao princípio autonomista da política externa com o governo Itamar Franco.

Ao Japão, no entanto, demonstrou-se haver uma continuação do país em sua hesitação em assumir um papel de liderança internacional. Os formuladores de política externa optaram por atrelá-la a relação com os Estados Unidos, realizando poucos esforços no entendimento com outros atores importantes no cenário internacional como a Europa e a China. Enquanto o Brasil, como apontado previamente, adotava uma posição reativa, sem descartar novos parceiros e sua busca por liderança política, o Japão assumia uma posição reativa aos Estados Unidos, preferindo colocar o tratamento dos assuntos de segurança e de paz sobre o âmbito das relações bilaterais, ao invés de aproveitar um momento em que o governo norte-americano considerava uma possível retirada estratégica de seus efetivos militares da Ásia. A própria opinião pública japonesa demonstrava-se favorável à manutenção dos vínculos políticos com os Estados Unidos e não se interessava por uma maior postura militarista por parte do Estado japonês, preferindo apoiar o internacionalismo civilista, em que o Japão permaneceria colocando sua inserção sob o âmbito da

cooperação econômica e, em adição, como principal mudança do perfil de ajuda externa japonesa, de sua liderança tecnológica para o estabelecimento de cooperação técnico-científica.

Há de se destacar, ainda, a diferença na política externa de ambos os países frente à diversificação de parcerias no alvorecer da década de 1990. O Brasil, mesmo beneficiado pelas políticas de investimento econômico e cooperação técnico-científica dos japoneses, e mesmo com a formação de novos laços políticos com a formação, junto de Japão, Alemanha e Índia, do grupo que mais tarde seria conhecido como G-4, no começo da década de 1990, buscou estabelecer alianças políticas e de longo-prazo com outros países de importância estratégica para sua diplomacia, como Rússia, Índia, China e África do Sul. Enquanto isso, o Japão permaneceu atrelado à aliança política com os Estados Unidos, sem realizar uma diversificação de parceiros políticos-estratégicos contundente, preferindo reforçar o perfil econômico da diplomacia japonesa. Ainda assim, as relações, pelo seu perfil estritamente comercial e econômico, foram aprimoradas na virada da década de 1990, com a recuperação da economia brasileira e com o interesse do Japão em expandir investimentos e ajuda externa ao país.

Realizando uma análise através das proposições de Putnam (1988), pode-se observar que o Brasil, diferentemente do Japão, dispunha de um núcleo coeso na formulação de política externa que facilitou a sua condução frente aos condicionamentos externos do período analisado na pesquisa. No Japão, as tentativas de ruptura com a Doutrina Yoshida falharam em função do pluralismo político japonês e do forte papel da burocracia, que prevaleceu os Estados Unidos e a Ásia como arenas principais da atuação diplomática japonesa. Se nos anos 1970 o próprio setor privado, representado pelo Keidanren, aprovou os projetos de cooperação econômica com o Brasil, as divergências na formulação da política externa dos países na década de 1980 influenciaram, inevitavelmente, as relações nipo-brasileiras submetendo-as a um baixo perfil político. Enquanto o núcleo político brasileiro não teve dificuldades para realizar mudanças na política externa, buscando a defesa do interesse nacional, no Japão a forte oposição às alternativas à Doutrina Yoshida fez com que o país perdesse oportunidades de afirmar-se como líder no cenário internacional, diminuindo a atuação do Estado japonês sobre assuntos de caráter político fora da relação com os Estados Unidos.

No que concerne à análise teórica das proposições de Hermann (1990), no Brasil a alternância dos momentos de crises econômicas e limitações sobre a política externa brasileira fizeram com que o país realizasse tanto mudanças de ajuste e de programa (marcadamente nas

décadas de 1970 e 1980, na diversificação de parcerias pelo interesse nacional) quanto mudanças de problema (marcadamente na virada dos anos 1990, com a mudança para o paradigma liberal e, logo após, o retorno para a posição autonomista) de maneira a responder aos desafios do contexto internacional, dado o alto grau de institucionalização da política externa pelo Estado. Já no Japão, se na década de 1970 as mudanças de ajuste na diversificação de parcerias econômicas japonesas apresentaram-se como possíveis, as tentativas de mudança de programa ao longo da década de 1980 foram barradas, ao mesmo tempo em que o relacionamento com os Estados Unidos e o papel da ODA na Ásia assumiram um alto grau de institucionalização por parte do governo japonês. Além disso, como previamente exposto, dar seguimento às proposições da Doutrina Yoshida tornava-se fundamental aos formuladores de política externa japonesa dado o alto grau de saliência da questão, em que o relacionamento com os Estados Unidos tornava-se fundamental na questão interna de disputa e balanço de poder dos agentes.

Ainda assim, mesmo diante de poucas mudanças de programa realizadas por parte de ambos os países ao longo dos anos 1980, a década de 1990, com a introdução do fenômeno *dekassegui* e da cooperação entre os países ao lado de Alemanha e Índia no âmbito do G-4 proporcionou novas oportunidades para Brasil e Japão que configurariam mudanças de programa em suas políticas externa no âmbito bilateral. Finalmente haveria espaço para diversificar a pauta das relações, fortalecendo laços políticos e escapando do prevaecimento da cooperação econômica. No entanto, há de se destacar que, no contexto da virada da década de 1990, estas mudanças representariam mais expectativas do que fatores determinantes para a mudança do perfil bilateral entre Brasil e Japão. O quanto as mudanças introduzidas com o final da Guerra Fria impactaram nas relações nipo-brasileiras é uma questão que deve ser colocada no longo-prazo, englobada no contexto da virada do século XXI e contextualizada nos dias atuais, tema para futuras pesquisas e projetos.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Virgílio C. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.48, n.2, p.152-168, Jul-Dez. 2005.

_____. O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões. In: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. **Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo, Saraiva, 2006, v.2.

BARROS, Geraldo S. C.; ISHII, Karlin. S. Agronegócio Brasil-Japão. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.17, n.3, p.17-30, Jul-Set., 2008.

BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.45, n.1, p.36-71, 2002.

BRASIL. Decreto Nº 69.008, de 4 de Agosto de 1971. Promulga o acordo básico de cooperação técnica entre Brasil e Japão. **Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais**, Brasília. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_japa_28_1366.htm>. Acesso em: 9 Mai. 2010.

BRASIL. Decreto nº71, de 26 de Março de 1991. Acordo sobre cooperação no campo da ciência e da tecnologia. **Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais**, Brasília. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_japa_44_2923.htm>. Acesso em: 10 Ago 2010.

CABRAL, Sérgio. O Japão e as Nações Unidas no pós Guerra Fria. In: **Seminário sobre o Japão**. Rio de Janeiro, Hotel le Meridien, 2004. Disponível em: <www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/Japão/2%20Severino%20Cabral.rtf>. Acesso em 9 Mai. 2010.

CHIARELLI, João R. **Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política : mecanismos de integração regional**. Trabalho de conclusão (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DORATIOTO, Francisco. F. M. O Brasil e as grandes potências no século XX (1902-1991). **Revista Múltipla**, Brasília, v.15, n.21, p.41-69, Dez. 2006.

GARCIA, Eugênio. V. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.40 , n.1 , p.18-40, 1997.

GUIMARÃES, Edson P. Padrão de comércio entre Brasil e Índia, China e alguns países do sudeste asiático. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.125-166, Jul-Dez. 1999.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, Ohio, v.34, n.1, p.3-31, 1990.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.38, n.1, p.5-23, 1995.

HOOK, Glenn D et al. **Japan's International Relations: Politics, economics and security**. London and New York: Routledge, 2005.

Japan Country Profile. Jane's. 2009

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). Disponível em: <www.jica.org.br/br/index.php>. Acesso em: 5 Jun. 2010.

LEÃO, Bruno G. C. **Japão, China e a integração econômica do Leste Asiático**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

NEVES, Luiz Augusto C. Brazil-Japan: opportunities for an invigorated relationship. **Asahi Shimbun**, 7 Set. 2009.

NUKUI, David Y.; MIRANDA, Sílvia H. G. O potencial do mercado asiático para as exportações do complexo agroindustrial brasileiro. In: **XIII Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural**. Cuiabá: SOBER, **Anais**, 2004. CD-ROM. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/03O181.pdf>>. Acesso em 8 Jun. 2010.

NUNES, Paulo H. F. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.6, n.19, p.90-101, Out. 2006.

OLIVEIRA, Amaury P. O leste asiático em tempos de monopolaridade. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.39, n.2, p.5-32, 1996.

OLIVEIRA, Daniel F. **A política externa do Brasil nas questões de ampliação do Conselho de Segurança da ONU (1989-2005)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa Santiago Dantas (PUC-SP, UNESP, UNICAMP), São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Henrique A. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. **São Paulo em Perspectiva** [online]. v.16, n.1, p.114-124, 2002.

OLIVEIRA, Henrique A.; MASIERO, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.48, n.2, p.5-28, Jul-Dez. 2005.

PEREIRA, Ronan A. A cooperação internacional na diplomacia japonesa. In: **VII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa**, Centro de Estudos Japoneses, Universidade de São Paulo, **Anais**, p. 103-111, 1996.

PERES, Lorenzo A. A elite política japonesa e a definição de uma estratégia nacional: as limitações da Doutrina Yoshida. In: I Seminário Nacional de Sociologia & Política, Universidade Federal do Paraná, **Anais**, 2009.

_____. **Religião e segurança no Japão: padrões históricos e desafios no século XXI (manuscrito)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PINHEIRO, Leticia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.12, p. 247-270, 1993.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/japao/economia-do-japao.php>>. Acesso em: 3 Set. 2010.

Resenha de Política Exterior do Brasil (RPEB). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.1, n.2, 1974.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.2, n.6, 1975.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.3, n.10, 1976.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.5, n.17, 1978.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.8, n.30, 1981.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.9, n.33, 1982.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.11, n.41, 1984.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.16, n.60, 1989a.

_____. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.16, n.63, 1989b.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, Massachusetts, v.42, n.3, p.427-460, 1988.

SAITO, Milton. **Japoneses aqui, brasileiros lá? : uma leitura sobre (e dos) dekasseguis**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

SCHWARTZ, Gilson. O Brasil que sabe dizer sim: caminhos em direção ao Japão. **São Paulo em Perspectiva**, v.5, n.3, p.21-25, Jul-Set. 1991.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80 : uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUSA, Adriano A. A territorialização das indústrias japonesas e nipo-brasileiras no Brasil. **UNESP**, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1611/1535>>. Acesso em 4 Abr. 2010.

UEHARA, Alexandre R. Relações Brasil-Japão: Aproximações e Distanciamentos. **Carta Asiática**. Argentina, 1999. Disponível em: <<http://www.asiayargentina.com/usp-06.htm>>. Acesso em: 22 Set. 2010.

UEHARA, Alexandre R. **A política externa do Japão no final do século XX : o que faltou?**. São Paulo: Annablume, 2003.

VIZENTINI, Paulo F. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

APÊNDICE:

Tabela 1 – Composição das exportações brasileiras ao Japão (1970-1989)

Ano	Produtos		
	Básicos (%)	Industrializados	
		Semi Manufaturado (%)	Manufaturado (%)
1970	87,2	8,0	4,7
1975	86,1	2,2	11,3
1980	65,6	12,3	22,0
1985	57,6	15,8	26,6
1986	49,6	18,1	32,3
1987	43,4	30,3	26,3
1988	37,9	36,8	25,3
1989	38,5	41,7	19,8

FONTE: Uehara (1999)

Tabela 2 – ODA Japonesa para o Brasil (em milhões de dólares)

Ano	Doação	Cooperação Técnica	Empréstimos	Total
1960-1980	2,00	48,40	89,30	139,60
1981	0,00	16,10	15,30	31,40
1982	0,00	14,60	35,80	50,50
1983	0,00	14,60	12,50	27,10
1984	0,00	15,80	19,90	35,60
1985	0,00	15,70	24,91	40,61
1986	0,00	23,86	8,43	32,29
1987	0,00	27,12	54,98	82,10
1988	0,19	34,62	31,55	66,35
1989	0,00	37,22	86,95	124,17

Tabela 2 – ODA Japonesa para o Brasil (em milhões de dólares):

Ano	Doação	Cooperação Técnica	Empréstimos	Total
1990	0,00	37,96	26,70	64,66
1991	0,00	45,20	-5,85	39,35
1992	0,00	46,59	16,76	63,35
1993	0,00	52,97	26,4	79,37
1994	0,21	61,48	27,69	89,37

1995	0,00	66,96	33,53	100,49
1996	0,45	51,99	13,04	65,48

FONTE: Uehara (1999), tabela montada pelo autor através de dados do MOFA.

Tabela 3 – Comércio Exterior do Japão com o Brasil (bilhões de dólares)

Ano	Exportações		Importações	
	Total	Relativo (Total / global)	Total	Relativo (Total / global)
1980	1,1	0,9%	1,6	1,1%
1985	0,6	0,4%	1,8	1,4%
1986	0,9	0,4%	1,9	1,3%
1987	0,9	0,4%	2,0	1,4%
1988	1,0	0,4%	3,0	1,6%
1989	1,3	0,5%	3,0	1,4%
1990	1,2	0,4%	3,2	1,4%
1991	1,2	0,4%	3,2	1,3%
1992	1,1	0,3%	3,8	1,7%
1993	1,6	0,5%	2,9	1,2%
1994	1,9	0,5%	3,3	1,2%
1995	2,6	0,6%	4,0	1,2%
1996	2,2	0,5%	3,8	1,1%

FONTE: Uehara (1999).